



CENTRO UNIVERSITÁRIO ASSUNÇÃO – UNIFAI
REVISTA LUMEN

REVISTA LUMEN

ISSN: 2447-8717

Grão-Chanceler

Cardeal Dom Odilo Pedro Scherer

Reitor

Prof. Dr. Pe. Edelcio Serafim Ottaviani

Vice-Reitora

Prof^a. Ma. Karen Ambra Cordeiro

Pró-Reitor Administrativo

Prof. Me. Pe. João Julio Farias Junior

Pró-Reitor Jurídico

Prof. Esp. Pe. José Rodolpho Perazzolo

Pró-Reitora Acadêmica

Prof^a. Ma. Denize Scivoletto Mazza Garcia

Secretário Geral

Adilson Cristiano Lana

Editor responsável

Prof. Dr. Sidnei Ferreira de Vares

Secretária da Revista Lumen

Prof^a. Dra. Vanessa Beatriz Bortulucce

Diagramação e suporte técnico

Prof. Dr. Claudemir Gimenez

Conselho editorial

Prof^a. Dra. Carla Montuori Fernandes (Universidade Paulista – UNIP)

Prof. Dr. Carlos Eduardo Riberi Lobo (Universidade São Judas Tadeu– USJT)

Prof. Dr. Jean Siqueira (UNIFAI)

Prof. Dr. Flávio Reis dos Santos (Universidade Estadual de Goiás - UEG)

Prof. Dr. Flávio Rovani de Andrade (Universidade Federal do Piauí - UFPI)

Prof. Dr. Flávio Trovão (Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT)

Prof. Dr. Hermógenes Saviani Filho (Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS)

Prof. Dr. José Iesca Rodrigues (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP)

Prof. Dr. José Renato Polli (Centro Universitário Anchieta – UNIANCHIETA)

Prof. Dr. Marcos Horácio Gomes Dias (Universidade São Judas Tadeu – USJT)

Prof. Dr. Pedro Calixto (Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG)

Periodicidade Semestral

Sobre a Revista

A Revista Lumen é uma publicação semestral de caráter multidisciplinar organizada pelo Centro Universitário Assunção – UNIFAI, que tem como objetivo divulgar o trabalho de docentes, pesquisadores e convidados de Instituições de Ensino Superior (IES) do Brasil e do exterior. A revista aceita trabalhos que não tenham sido publicados ou estejam em vias de publicação em outros periódicos, desde que atendam aos seguintes requisitos:

- abordem, através de qualquer metodologia, temas relevantes nas áreas de ciências humanas, de forma aprofundada, revelando reflexão crítica;
- constituam ensaios bibliográficos, comunicações, resenhas, entrevistas, artigos, revisões bibliográficas e traduções;
- estejam adequados às normas de publicação da revista.

A publicação do material dependerá de sua pertinência e profundidade. Os trabalhos enviados à revista deverão ser analisados pela Comissão Editorial, que considerará a adequação da contribuição à linha editorial da revista. Tendo a Comissão Editorial analisado positivamente o material enviado, os originais serão submetidos à avaliação *ad-hoc* de, ao menos, dois pareceristas. Eventuais sugestões de modificação de estrutura ou conteúdo das contribuições feitas pela Comissão Editorial e/ou pelos pareceristas serão previamente acordadas com os autores. Só serão aceitos textos escritos em português. Textos produzidos em outros idiomas deverão, portanto, ser traduzidos. Com efeito, a Comissão Editorial vê-se totalmente responsável por rejeitar trabalhos enviados que não se enquadrem em sua linha editorial, que técnica, estrutural e/ou teoricamente demonstrem fragilidades ou que, simplesmente, não atendam aos requisitos acima discriminados. Os trabalhos aprovados pela Comissão Editorial, pelos pareceristas e pelo Conselho Consultivo seguirão para a publicação, respeitando, todavia, a ordem de publicação (número da revista) e, dependendo do tipo de trabalho enviado, a adequação ao tema geral do Dossiê. Destarte, o prazo máximo para a comunicação de resposta de aprovação ou rejeição do material enviado ao colaborador é de 90 dias, iniciando pela confirmação do recebimento do trabalho.

Normas para publicação

A Revista Lumen tem 4 seções temáticas: 1) **artigo**; 2) **entrevista**; 3) **resenha**; 4) **traduções**.

O número máximo de caracteres com espaços, incluindo notas de rodapé, deve corresponder a cada categoria:

- **artigo**: até 60 mil caracteres com espaços;
- **entrevista**: até 20 mil caracteres com espaços;
- **resenha**: até 10 mil caracteres com espaços (só serão aceitas resenhas de livros publicados nos últimos 5 anos ou que tenham grande relevância para a área de conhecimento à qual pertencem)
- **traduções**: não há um limite de caracteres pré-definido, embora seja recomendado que os textos possuam uma abordagem original e autoral. Igualmente, recomenda-se, ainda, concisão para não fugir ao padrão editorial.

Os autores deverão enviar o material para proposta obedecendo aos **parâmetros de formatação da Lumen**, com um currículo sintético, através do portal da revista, que pode ser acessado no endereço: <http://www.periodicos.unifai.edu.br>

Os artigos devem ser acompanhados de resumos em português e inglês (*abstracts*), podendo também incluir imagens, que serão distribuídas em, no máximo, duas páginas ao final do artigo.

Os textos serão enviados em arquivo no formato Microsoft Office Word 2003©, ou mais recente; e as imagens em arquivo JPG ou TIF.

Caso as imagens não estejam de acordo com os padrões exigidos para um resultado excelente, a editoria poderá alterar as dimensões indicadas para a reprodução, guardando o direito de não utilizá-las, em caso de inadequação completa; também poderá transformar imagens coloridas em preto-e-branco, para assim publicá-las.

A simples remessa de originais implica a autorização para publicá-los.

O mérito dos textos propostos será julgado pelos editores da *Lumen* e por dois pareceristas da área, tendo como critérios mais relevantes à originalidade do conteúdo e à sua compatibilidade com os estudos das áreas pertinentes.

Parâmetros de formatação

1. O texto deve estar em fonte *Times New Roman*, tamanho 12, espaço 1,5. Os resumos e *abstracts* devem ter, em média, cem palavras. O resumo e o *abstract* também devem apresentar de três a cinco palavras-chave e *keywords*. O título do artigo deve estar em negrito e, também, deve ser apresentado em caixa alta, tamanho 12. Os intertítulos devem ser apresentados em negrito, tamanho 12, com caixa alta somente no início da palavra.

2. As referências bibliográficas completas deverão aparecer ao final do texto – portanto, quando uma referência bibliográfica aparecer pela primeira vez, citá-la no corpo do texto, entre parênteses, logo após a citação. Em citações literais, deverá aparecer da seguinte forma: (Autor, ano, página). Em citações não literais, a referência deverá ser feita da seguinte forma: (Autor, ano).

3. O uso de notas de rodapé será válido somente para inserção de informações complementares ou para apresentação de trecho na língua original, quando traduzido no corpo do texto. As notas devem aparecer em pé de página (rodapé) e indicadas por algarismos arábicos em ordem crescente.

4. Quando inseridas no corpo do texto, as transcrições devem ser destacadas entre aspas duplas (havendo aspas no texto original, elas se transformarão em aspas simples). Quando a transcrição tiver três linhas completas ou mais, deverá ter o parágrafo recuado à esquerda, letra tamanho 10 e espaço simples, sem aspas. O itálico deve ser usado somente nos títulos de obras, em expressões estrangeiras ou termos em destaque.

5. As imagens não devem ser inseridas no arquivo do texto. Deverão ser enviadas cada uma em arquivo separado (no formato TIF ou JPG), em baixa resolução, para o processo de seleção. As imagens serão indicadas no corpo do texto entre colchetes: Ex: [Fig. 1], [Fig2], [Fig 3], e assim por diante. Cada arquivo de imagem deve indicar no nome essa numeração, sem os colchetes.

6. Após a aprovação do artigo, o autor deverá enviar, imediatamente, as imagens com alta resolução, para serem publicadas. Devem ter, no mínimo, 300 dpi e dimensões compatíveis com o tamanho no qual ela será reproduzida.

7. Em arquivo separado, contendo o título do artigo, o autor fará uma lista das legendas de todas as imagens, segundo sua numeração. A imagem ou figura deve apresentar uma legenda que deve trazer, na ordem: título da imagem. Crédito fotográfico ou procedência: (referência à publicação e página da qual foi capturada a imagem).

Para citação nas notas

Livro:

SOBRENOME, Nome. Título em itálico. Local de publicação: Editora, ano de publicação.

* Caso haja outra edição do mesmo livro, esta deve ser indicada logo após o título.

Coletânea:

SOBRENOME, Nome. “Título do capítulo entre aspas”. In: SOBRENOME, Nome (Org.) Título em itálico. Local de publicação: Editora, ano de publicação.

Artigo:

SOBRENOME, Nome. “Título do artigo entre aspas”. Título do periódico em itálico. Local de publicação, volume, número do periódico, mês (abreviado) e ano de publicação.

* No caso de jornal, indicar também o dia antes do mês.

Trabalho acadêmico:

SOBRENOME, Nome. Título do trabalho em itálico: subtítulo. (tipo de trabalho: tese, dissertação ou monografia) Vinculação acadêmica, (Orientação), local e data da apresentação ou defesa.

Documentos eletrônicos:

AUTOR(ES). Denominação ou Título: subtítulo. Indicações de responsabilidade. Data. Informações sobre a descrição do meio ou suporte.

Obs.: Para documentos on-line, são essenciais as informações sobre o endereço eletrônico, apresentado entre os sinais <>, precedido da expressão “disponível em”: e a data e horário do acesso ao documento, precedida da expressão “acesso em”.

Editorial

A *Revista Lumen*, fundada em 1994, durante anos cumpriu o importante papel de difundir a produção acadêmica no Brasil, dando espaço tanto aos professores do Centro Universitário Assunção – UNIFAI, instituição à qual está vinculada, quanto aos colaboradores externos. Foram mais de 30 números publicados desde então, dois a cada semestre. Todavia, a revista encerrou sua atividade no ano de 2009. Em 2011, com a ascensão da nova reitoria, representada pelo Magnífico Reitor Prof. Dr. Pe. Edelcio Serafim Ottaviani, houve a preocupação de resgatar este veículo de difusão do conhecimento acadêmico, bem como de estimular os professores da instituição à prática da pesquisa e da produção acadêmica de qualidade.

Como é do conhecimento de todos, reflexões e debates acadêmicos cada vez mais assumem importância fundamental face às rápidas transformações do mundo contemporâneo. A universidade, portanto, tem o compromisso com a promoção de leituras e análises mais abrangentes, que, promovendo novos questionamentos teórico-metodológicos, deem conta de compreender esses processos. Afinal, se ensino, extensão e pesquisa constituem o tripé sob o qual se assentam as instituições de ensino superior, cabe ao Centro Universitário Assunção – UNIFAI dar a sua parcela de contribuição para o avanço da pesquisa acadêmica no Brasil.

O ano de 2015, portanto, demarca um novo momento dessa história. Reitoria, pró-reitoria acadêmica, coordenadores de curso e professores decidem trabalhar em torno de um projeto de reativação da *Revista Lumen*. Este projeto, depois de meses de discussão, viu-se concluído. O saldo, sem dúvida, positivo, pôde ser enfim avistado. Em um novo formato, virtual, a *Revista Lumen* reiniciou seus trabalhos com o objetivo de dar voz aos pesquisadores de todo Brasil e, quiçá, aos pesquisadores estrangeiros que queiram colaborar conosco. Estruturada, pois, em torno de um tema geral que compõe o dossiê, mas também aberta a artigos livres, resenhas, traduções e entrevistas, a versão virtual da *Revista Lumen* recomeçou sua missão acerca da difusão científica. Destarte, é com enorme alegria que seus editores, Prof. Dr. Sidnei Ferreira de Vares e Prof^a. Dra. Vanessa Beatriz Bortulucce, apresentam agora o sexto número da *Revista Lumen*.

Os editores.

Apresentação

É com imenso prazer que apresentamos o número 6 da Revista Lumen, com o tema “Os impactos do neoliberalismo no século XXI”. O artigo que compõe o dossiê, de autoria de Marco Naccarato, intitulado “Efeitos e afetos da racionalidade social contemporânea”, analisa, a partir de um discurso de formatura proferido pelo escritor David Foster Wallace, no Kenyon College em 2005, as relações entre as descrições do *novo capitalismo*, de Richard Sennett, e a nova racionalidade social do neoliberalismo, de Pierre Dardot e Christian Laval, lançando mão do diagnóstico desses autores para, à luz do da ética de Espinosa, propor uma aproximação entre os efeitos produzidos por essa racionalidade social e a dinâmica de afetos presente no sistema filosófico espinosista.

Na seção dedicada aos artigos livres, temos o artigo de Edineide Maria de Oliveira e Natalie Burgardt Ferreira, “A importância da taxa de juros na obtenção de recursos financeiros pelo microempreendedor brasileiro”, no qual as autoras analisam a importância da taxa de juros na obtenção de recursos financeiros pelo microempreendedor brasileiro, no período compreendido entre 2015 e 2017, destacando a variável macroeconômica, taxa de juros e sua importância tanto na liberação de crédito pelas instituições financeiras quanto nos juros gerados nos pagamentos de empréstimos.

Já na seção dedicada a resenhas, destaca-se a de Jeronimo de Oliveira Lombardo, “A problemática pós-moderna para a educação e o neoliberalismo”, em que o autor apresenta as ideias contidas no livro de Pedro Goergen, “Pós-modernidade, ética e educação”, procurando situar o leitor sobre os principais dilemas que atravessam o tema da pós-modernidade e, sobretudo, os seus impactos no campo da educação.

Por último, também na seção de resenhas, os autores Adriano Carvalho Viana e Otávio Roberto Martins Júnior apresentam o trabalho intitulado “O contraponto do jus naturalismo e o jus positivismo na obra Antígona de Sófocles”, no qual refletem o texto clássico de Sófocles, “Antígona”, procurando lançar algumas luzes sobre as implicações jurídicas e filosóficas deste trabalho clássico, contrapondo o direito divino ao direito positivo.

SUMÁRIO

DOSSIÊ – Os impactos do neoliberalismo no século XXI

Efeitos e afetos da racionalidade social contemporânea.....

Marco Naccarato

ARTIGOS LIVRES

A importância da taxa de juros na obtenção de recursos financeiros pelo microempreendedor brasileiro.....

Edineide Maria de Oliveira

Natalie Burgardt Ferreira

RESENHAS

A problemática pós-moderna para a educação e o neoliberalismo.....

Jeronimo de Oliveira Lombardo

O contraponto do jus naturalismo e o jus positivismo na obra Antígona de Sófocles.....

Adriano Carvalho Viana

Otávio Roberto Martins Júnior

DOSSIÊ

Os impactos do neoliberalismo no século XXI

EFEITOS E AFETOS DA RACIONALIDADE SOCIAL CONTEMPORÂNEA

Marco Naccarato*

RESUMO: Na tentativa de descrever efeitos e afetos que surgem no interior da racionalidade social contemporânea, o artigo parte do discurso de formatura proferido pelo escritor David Foster Wallace no Kenyon College, em 2005, para estabelecer relações entre as descrições do *novo capitalismo* de Richard Sennett, e a nova racionalidade social do neoliberalismo de Pierre Dardot e Christian Laval, que apontam diversas formas pelas quais o modo de vida dos indivíduos na sociedade é condicionado. Utilizando-se do diagnóstico desses autores, propomos uma aproximação entre os efeitos produzidos por essa racionalidade social e a dinâmica de afetos presente no sistema filosófico de Espinosa.

Palavras-chave: afetos, capitalismo, neoliberalismo.

ABSTRACT: In an attempt to describe effects and affections that arise inside the contemporary social rationality, the article starts with the graduation speech given by writer David Foster Wallace at Kenyon College in 2005, to establish relations between the description of the *new capitalism* of Richard Sennett, and the new social rationality of neoliberalism from Pierre Dardot and Christian Laval, which point out several ways in which the way of life of individuals in society is conditioned. Using the diagnosis of these authors, we propose an approximation between the effects produced by this social rationality and the dynamics of affections present in the Spinoza's philosophical system.

Keywords: affections, capitalism, neoliberalismo.

Em maio de 2005, o escritor norte-americano David Foster Wallace proferiu o discurso de abertura da cerimônia de graduação dos formandos do Kenyon College, em Ohio, nos Estados Unidos. No início de sua fala, apresenta uma metáfora, como segue:

[...] Dois jovens peixes estão nadando juntos e cruzam com um peixe mais velho nadando em sentido contrário, que os cumprimenta e diz "Bom dia, garotos. Como está a água?". E os dois jovens peixes nadam mais um pouco, e então um deles olha para o outro e diz "O que diabos é água?".¹ (WALLACE, 2005, p. 1, tradução nossa)

O discurso descreve males e agruras da vida adulta na sociedade norte-americana contemporânea, a qual fatalmente os estudantes estarão submersos em breve. Aparte de seu

* Graduando em Filosofia pelo UNIFAI - Centro Universitário Assunção.

¹ There are these two young fish swimming along and they happen to meet an older fish swimming the other way, who nods at them and says "Morning, boys. How's the water?" And the two young fish swim on for a bit, and then eventually one of them looks over at the other and goes "What the hell is water?".

caráter ideal e certo tom de nostalgia juvenil (uma vez que considera o jovem estudante ainda não inserido nessa *vida adulta*), sua fala propõe, como saída para uma sociedade entediada, frustrada e depressiva, que o propósito real da formação educacional seria o de fomentar nos indivíduos um estado apurado de consciência e empatia, que forneceria elementos para perceber melhor o outro e o mundo ao redor e escapar do comportamento social padrão (*default setting*), a saber, um tipo de egoísmo dogmático ou certeza cega que os impede de se conscientizarem sobre o que seria *a água*.

E eu sugiro que este é o real valor, sem besteiras, do que sua educação em artes liberais deveria ser: como evitar viver sua confortável, próspera, respeitável vida adulta morta, inconsciente, um escravo de sua mente e de sua configuração padrão natural de ser unicamente, completamente, imperialmente sozinho, dia após dia. Isso pode soar hiperbólico, ou absurdamente abstrato. Vamos deixar mais concreto. O fato é que vocês graduandos não fazem ideia do que "dia após dia" realmente significa. Há por acaso grandes partes da vida adulta americana que ninguém fala em discursos de formatura. Uma dessas partes envolve tédio, rotina, frustrações triviais. Os pais e os mais velhos aqui saberão muito bem do que estou falando.² (WALLACE, 2005, p. 4-5, tradução nossa)

O que Wallace descreve em seu discurso é uma enxurrada de efeitos e sintomas produzida por uma subjetivação constituída no cotidiano dessa sociedade. Embora o escritor não tenha se ocupado em diagnosticar o que provocaria esses sintomas, sua *vida adulta* encontra formal correspondência com a descrição de *novo capitalismo* apontada por Richard Sennett, e com aquilo que Pierre Dardot e Christian Laval denominam de nova razão, a racionalidade do neoliberalismo, que dá forma para um tipo de indivíduo surgido na contemporaneidade, o sujeito empresarial, condicionado pela eficiência competitiva, por uma concepção de empresa-de-si-mesmo e pelo hiperindividualismo.

Para Sennett, o capitalismo atual, diferentemente de sua versão anterior moldada na linha de montagem, é mais dinâmico e enfatiza o risco, o curto prazo e a flexibilização do trabalho. Aparentemente mais "humano", pois permitiria uma liberdade maior aos indivíduos, acaba por produzir desorientação e ansiedade, que afetam a construção de identidade dos sujeitos e suas relações em sociedade.

A flexibilidade hoje traz de volta esse sentido arcano de *job*, na medida em que as pessoas fazem blocos, partes de trabalho, no curso de uma vida.

² And I submit that this is what the real, no bullshit value of your liberal arts education is supposed to be about: how to keep from going through your comfortable, prosperous, respectable adult life dead, unconscious, a slave to your head and to your natural default setting of being uniquely, completely, imperial alone day in and day out. That may sound like hyperbole, or abstract nonsense. Let's get concrete. The plain fact is that you graduating seniors do not yet have any clue what "day in day out" really means. There happen to be whole large parts of adult American life that nobody talks about in commencement speeches. One such part involves boredom, routine, an petty frustration. The parents and older folks here will know all too well what I'm talking about.

É bastante natural que a flexibilidade cause ansiedade: as pessoas não sabem que riscos serão compensados, que caminhos seguir. (SENNETT, 2015, p. 9)

Como se podem buscar objetivos de longo prazo numa sociedade de curto prazo? Como se podem manter relações sociais duráveis? Como pode um ser humano desenvolver uma narrativa de identidade e história de vida numa sociedade composta de episódios e fragmentos? [...] Se eu fosse explicar mais amplamente [...], diria que o capitalismo de curto prazo corrói o caráter [...], sobretudo aquelas qualidades de caráter que ligam os seres humanos uns aos outros, e dão a cada um deles um senso de identidade sustentável. (SENNETT, 2015, p. 27)

Essa nova forma de trabalho favorece continuamente o desaparecimento de virtudes como confiabilidade, comprometimento e ajuda mútua, provocando o principal problema apontado por Sennett: a corrosão do caráter. O caráter pessoal, definido por ele como "aspecto a longo prazo de nossa experiência emocional. [...] expresso pela lealdade e o compromisso mútuo, pela busca de metas a longo prazo, ou pela prática de adiar a satisfação em troca de um fim futuro. (SENNETT, 2015, p.10)", é produzido pelo desenvolvimento de uma narrativa de vida, que é impelida pelo *novo capitalismo*.

Em consonância com as considerações de Sennett, Dardot e Laval descrevem extensamente o *neossujeito* dessa nova racionalidade social, que entende a si mesmo como empresa, capital e produto. Enquanto capital humano, carece de uma constante autovalorização ordenada pela lógica do modelo de empresa, e no intuito de desempenhar melhor sua vida profissional e pessoal, já que não estão dissociadas, apela para "asceses do desempenho", um conjunto de técnicas que visa fortalecer ou adaptar melhor o indivíduo à realidade e se valorizar tal qual um capital. Sendo produto, se vê inserido na norma da concorrência, como item na prateleira.

Se a ética neoliberal do eu não se restringe aos limites da empresa, é não só porque o ser bem-sucedido na carreira confunde-se com o ser bem-sucedido na vida, mas, ainda mais fundamentalmente, porque a gestão moderna tenta "aliciar as subjetividades" com a ajuda de controles e avaliações de personalidade, inclinações de caráter, maneiras de ser, falar e mover-se, quando não de motivações inconscientes. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 338)

O que é suficiente estabelecer aqui é que a ascese da empresa de si mesmo termina com a identificação do sujeito com a empresa, deve produzir o que chamamos antes de sujeito do envolvimento total [...]

[...] lidamos aqui com o que Éric Pezet denominou judiciosamente "asceses do desempenho", as quais constituem um mercado em plena expansão.

Diferentes técnicas, como *coaching*, programação neurolinguística (PNL), análise transacional (AT) e múltiplos procedimentos ligados a uma "escola" ou um "guru" visam a um melhor "domínio de si mesmo", das emoções, do estresse, das relações com clientes ou colaboradores, chefes ou subordinados. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 339)

Em especial, o que Dardot e Laval deflagram é que nessa nova racionalidade social o sofrimento emocional dos indivíduos se justifica por um cálculo de acúmulo de capital, uma vez que este sofrimento carece ser administrado pelo próprio sujeito para que ele consiga ser o mais produtivo possível. Desse modo, o *neossujeito* arremessado à concorrência e ensimesmado na construção e valorização de si, experimenta uma autorrepressão, a depressão como padrão e a desconfiança como ordenadora das relações.

Vimos antes que a neogestão tende a controlar comportamentos e atitudes, solicitando um esforço constante de autocoerção. Essa "ascese" a serviço do desempenho da empresa, [...] normatiza as condutas, ao mesmo tempo que demole os engajamentos dos sujeitos uns com os outros. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 365)

Mais amplamente, a ideologia do sucesso do indivíduo "que não deve nada a ninguém", a ideologia do *self-help*, destrói o vínculo social, na medida em que este repousa sobre deveres de reciprocidade para com o outro. Como manter juntos sujeitos que não devem nada a ninguém? Provavelmente a desconfiança, ou mesmo o rancor, em relação aos mais pobres, aos preguiçosos, aos velhos dependentes e aos imigrantes, tem um efeito de "cola" social. Mas ela também tem seu reverso, se todos se sentem ameaçados de um dia se tornarem ineficazes e inúteis. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 366)

Se a gestão do sofrimento do sujeito empresarial, percebida no esforço de autocoerção de que falam Dardot e Laval, deflagra que o sofrimento é força produtiva, ela também mostra o quanto o funcionamento emocional dos indivíduos é abalado e o quanto sua experiência afetiva se torna empobrecida.

O represamento do indivíduo sob essa racionalidade social tem efeitos em sua subjetividade, na construção de uma narrativa pessoal e na formação de seu caráter, bem como na relação com a alteridade. Tudo deságua no conjunto de sintomas retratado pelo discurso de Wallace: frustração, tédio, depressão, individualismo, isolamento, ansiedade etc. Este mar de afetos que inunda a vida do homem da atualidade é produto da *vida adulta* ou *default setting*, do *novo capitalismo*, da nova racionalidade social do neoliberalismo, ou, para consubstanciar tais denominações numa metáfora, produto da *água*.

Nesse sentido, a aproximação que propomos entre o pensamento de Espinosa e o modo de vida contemporâneo **parte** da adaptação dos indivíduos ao modelo de empresa e da **autoimposta** gestão das emoções, que não são somente fracas alternativas em como lidar com esses afetos, mas produtos dessa adaptação, uma vez que colocam os sujeitos sob permanente sujeição à norma dessa racionalidade, da forma mais pobre possível, conforme apresentado até aqui. Apta em descrever esse processo, a dinâmica dos afetos espinosana é definida da seguinte forma:

1. Chamo de causa adequada aquela cujo efeito pode ser percebido clara e distintamente por ela mesma. Chamo de causa inadequada ou parcial, por outro lado, aquela cujo efeito não pode ser compreendido por ela só.

2. Digo que agimos quando, em nós ou fora de nós, sucede algo de que somos a causa adequada, isto é (pela def. prec.), quando de nossa natureza se segue, em nós ou fora de nós, algo que pode ser compreendido clara e distintamente por ela só. Digo, ao contrário, que padecemos quando, em nós, sucede algo, ou quando de nossa natureza se segue algo de que não somos causa senão parcial.

3. Por afeto compreendo as afecções do corpo, pelas quais sua potência de agir é aumentada ou diminuída, estimulada ou refreada, e, ao mesmo tempo, as ideias dessas afecções.

Explicação. Assim, quando podemos ser a causa adequada de alguma dessas afecções, por afeto compreendo, então, uma ação; em caso contrário, uma paixão. (SPINOZA, 2013. Ética, III Parte, Definições, p. 163)

Para Espinosa, o indivíduo mergulhado em afetos-paixões de tristeza, que orientam seu pensamento, apenas reage às afecções que o impressionam, pois tem sua potência de agir estrangida por aquilo que o impacta, ou seja, tem uma experiência passiva e dependente em relação a esses afetos. Desse modo, encontra dificuldades não somente em lidar com maus encontros com o mundo, mas em ser motivo de seus próprios afetos, em transformá-los em ação. O indivíduo, portanto, padece.

Chamo de servidão a impotência humana para regular e refrear os afetos. Pois o homem submetido aos afetos não está sob seu próprio comando, mas sob o do acaso, a cujo poder está a tal ponto sujeitado que é, muitas vezes, forçado, ainda que perceba o que é melhor para si, a fazer, entretanto, o pior. (SPINOZA, 2013, Ética, IV Parte, Prefácio, p. 263)

A servidão humana é o desconhecimento da forma pela qual somos afetados, em que o indivíduo entende as afecções sofridas apenas pela variação de potência que experimentou, atribuindo o afeto ao agente da afecção. Por isso, tido como conhecimento inadequado.

É, no entanto, por meio de afetos adequados que o indivíduo se torna virtuoso e capacitado a produzir a si mesmo. Afetos adequados são produzidos pelo entendimento num estado de ganho de potência, de desejo e alegria. A liberdade do indivíduo estaria vinculada exatamente a sua capacidade em lidar com afetos que favoreçam sua compreensão sobre o mundo e aumentem sua potência de pensar e agir. É adequado, portanto, o afeto que não nos torna refém do efeito que nos causa.

Da mesma forma que (segundo Espinosa) podemos alcançar conhecimento adequado por meio dos afetos, encontramos nos primeiros textos de Marx o entendimento de que é do mundo material que surge a emancipação do homem, num processo de embate ao determinismo nele contido. Afinal, se é da concretude da vida que os indivíduos transformam a realidade, é dela mesma que surge a saída.

A maneira como os homens produzem seus meios de existência depende, antes de mais nada, da natureza dos meios de existência já encontrados e que eles precisam reproduzir. Não se deve considerar esse modo de produção sob esse único ponto de vista, ou seja, enquanto reprodução da existência física dos indivíduos. Ao contrário, ele representa, já, um modo determinado da atividade desses indivíduos, uma maneira determinada de manifestar sua vida, um *modo de vida* determinado. A maneira como os indivíduos manifestam sua vida reflete exatamente o que eles são. O que eles são coincide, pois, com sua produção, isto é, tanto com *o que* eles produzem quanto com a maneira *como* produzem. O que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais da sua produção. (MARX; ENGELS, 2002, p. 11)

[...] são os homens que, desenvolvendo sua produção material e suas relações materiais, transformam, com a realidade que lhes é própria, seu pensamento e também os produtos de seu pensamento. (MARX; ENGELS, 2002, p. 19-20)

Apresentar a *água* é a tentativa central desta reflexão. A metáfora dos peixes nos mostra que o mais óbvio é o mais difícil de ser visto: "O ponto central da história dos peixes é que a realidade mais óbvia, ubíqua e importante é frequentemente a mais difícil de ver e discutir"³ (WALLACE, 2005, p. 1, tradução nossa). Nosso principal e constante esforço estaria em se posicionar frente a essa racionalidade social, que produz afetos passivos, utilizando-se de afetos adequados. Conforme Espinosa, afeto só se combate com afeto, mas, para tanto, temos primeiramente que nos abrir às experiências com o outro e com o mundo que favoreçam nossa potência, para poder ser afetado pela *água*, e dessa forma percebê-la, pois para escapar do movimento da maré, é mister saber que ela existe. O estado de consciência e empatia referido por Wallace se torna aqui conhecimento afetivo.

A frase inaugural da filosofia, "Tudo é água", de Tales de Mileto, só ganha correspondência com os dias de hoje se desprendida de seu sentido metafísico, e somente quando encontra seminal correspondência com a concretude da vida por uma afetividade mobilizadora.

Bibliografia

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

FERREIRA, Amauri. **Introdução à filosofia de Spinoza**. São Paulo: Quebra Nozes, 2009.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2015.

³ The immediate point of the fish story is that the most obvious, ubiquitous, important realities are often the ones that are the hardest to see and talk about

SPINOZA, Benedictus de. **Ética**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

WALLACE, David Foster. **This is Water: Some thoughts, delivered on a significant occasion, about living a compassionate life**. Estados Unidos: Little Brown and Company, 2009.

Internet

LAVAL, Christian. **Christian Laval: a racionalidade neoliberal [dublado]**. 12 de novembro de 2018. (1h36min29s). Disponível <<https://www.youtube.com/watch?v=bumpBiaXw84>>. Acesso em: 05 março de 2019.

WALLACE, David F. **Transcription of the 2005 Kenyon Commencement Address - May 21, 2005**. Disponível: <<https://web.ics.purdue.edu/~drkelly/DFWKenyonAddress2005.pdf>>. Acesso em: 03 março de 2019.

Artigos livres

A IMPORTÂNCIA DA TAXA DE JUROS NA OBTENÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PELO MICROEMPREENDEDOR BRASILEIRO

*Edineide Maria de Oliveira**
*Natalie Burgardt Ferreira***

RESUMO: A proposta deste trabalho foi estudar a importância da taxa de juros na obtenção de recursos financeiros pelo microempendedor brasileiro, no período de três anos, compreendidos de 2015 a 2017, destacando a variável macroeconômica, taxa de juros, que é importante tanto na liberação de crédito pelas instituições financeiras, quanto nos juros embutidos em pagamentos de empréstimos. Foram pesquisadas políticas para facilidade de crédito, que permitem que às microempresas com dificuldades de acesso a financiamentos externos consigam, além de boas práticas administrativas, a sobrevivência no mundo corporativo. Utilizou-se um estudo bibliográfico com autores consagrados no tema. Por meio de análises feitas com base em levantamento de dados reais de tabelas informativas e gráficos, foi possível verificar as dificuldades impostas pela burocracia na obtenção de financiamento externo, que levamos microempendedor a não investir no negócio. Somam-se a essas dificuldades, o fato de as instituições bancárias não disporem de linhas de crédito mais acessíveis aos pequenos microempendedores individuais.

Palavras-chave: taxas de juros, empreendedores, empresas brasileiras, instituições financeiras, investidores.

ABSTRACT: The purpose of this study was to study the importance of the interest rate in obtaining financial resources by the Brazilian microentrepreneur, in the period of three years, from 2015 to 2017, highlighting the macroeconomic variable, interest rate, which is important both in the release of credit financial institutions, as well as interest rates embedded in loan payments. Policies for credit facility were researched, which allow microenterprises with difficulties in accessing external financing to obtain, in addition to good administrative practices, survival in the corporate world. We used a bibliographic study with authors devoted to the theme. Analyzes made based on real data collection of information and graphical tables, it was possible to verify the difficulties imposed by the bureaucracy in obtaining external financing, which lead the microentrepreneur not to invest in the business. Added to these difficulties is the fact that banking institutions do not have credit lines that are more accessible to small individual microentrepreneurs.

*Doutora em Ciências e [mestra](#) em Ciências da Educação e Administração pela PUC SP. Economista, Especialista em Educação Matemática e Ensino Superior. Coordenadora e docente do UNIFAI – Centro Universitário Assunção.

**Graduada em Administração pelo UNIFAI - Centro Universitário Assunção.

Key words: interest rates, entrepreneurs, Brazilian companies, financial institutions, investors.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho buscará apresentar qual a importância da taxa de juros na obtenção de recursos financeiros pelo microempreendedor brasileiro. No Brasil, desde os tempos mais remotos, a grande população brasileira possui certa dificuldade em conciliar a política econômica e seu cotidiano. Dessa forma, alguns empreendedores também enfrentam esse tipo de dificuldade quando estão gerenciando setores de empresas, principalmente às microempresas, que não expressam recursos vastos para treinamento e formação de seus gestores. Sendo assim, este artigo pretende expressar a importância de uma variável macroeconômica como a influência da taxa de juros na atuação de empresas de microporte no Brasil.

Para os microempreendedores é fundamental contar com um especialista no setor financeiro da empresa, capaz de acompanhar as oscilações da economia de forma a não ser surpreendido pela alta da taxa de juros e suas consequências. Portanto a problemática deste estudo consiste em verificar como a taxa de juros influencia na obtenção de recursos financeiros pelo microempreendedor brasileiro. Para tanto, foram formuladas quatro hipóteses, que poderão ser confirmadas ou refutadas. Segundo Assaf Neto (2011):

1. Quando as taxas de juros estão altas, a propensão a conseguir empréstimos é menor;
2. Quando as taxas de juros estão baixas, a propensão a conseguir empréstimo é maior;
3. Taxa de juros elevada, maior a taxa de mortalidade das microempresas;
4. Taxa de juros menor, cresce número de MEIs (Microempreendedores Individuais).

Desta forma, o objetivo geral do estudo é apresentar a importância da taxa de juros e sua influência sob as instituições financeiras na liberação de crédito ao microempreendedor.

Os objetivos específicos são demonstrar quais fatores causam as oscilações da taxa de juros Selic; mostrar como as variações da taxa Selic influenciam as microempresas; e apresentar como os microempreendedores podem obter crédito de forma menos burocrática.

Assim sendo, este trabalho se justifica porque pretende demonstrar as dificuldades em obter crédito pelo microempreendedor e os benefícios de um plano de negócios. O

procedimento metodológico utilizou pesquisa do tipo exploratória com autores especialistas no tema.

A primeira parte do artigo apresentará um histórico da taxa de juros no mundo e depois no Brasil, abordará também o que é o *spread* bancário e o que ele representa no cenário financeiro de crédito. Em seguida, traçará um panorama das microempresas no Brasil com recorte nos índices de falências (causas) requeridas e decretadas. Posteriormente o estudo elucidará os aspectos financeiros das empresas, apresentando como a taxa de juros interfere no crédito às microempresas e tratará das opções que as empresas podem criar e buscar para evitar a falência ou endividamento precocemente. O trabalho é finalizado mostrando como os objetivos foram alcançados e a pesquisa, respondida, confirmando ou refutando as hipóteses elencadas. Também serão apresentadas as limitações, contribuições e recomendações para futuros trabalhos que busquem verificar a relação da taxa de juros com o microempreendedor.

DESENVOLVIMENTO DAS TAXAS DE JUROS

Desde a Grécia antiga, atividades de arrendamento de terras, de minas com metais preciosos ou empréstimos já eram assuntos que começavam a ser estudados e escritos, como apresentado na obra do historiador e soldado Xenofonte (355 a.C.), em Atenas, observando como mecanismos econômicos funcionavam, (MARTINS, 2013).

Segundo Pereira (1979), tanto a economia quanto a administração estudam a produção, circulação e distribuição de bens econômicos. Ambas são ciências que têm como preocupação fundamental os bens econômicos ou os recursos existentes em uma sociedade. No entanto é preciso quantificar essas transações com os recursos financeiros e a taxa de juros está presente nas transações financeiras.

Para Adam Smith, a taxa de juros é oriunda do juro resultante de uma fração do lucro do capital e que em matemática financeira tem a seguinte fórmula:

$$J = C \cdot i \cdot n$$

Onde **J** é o juro; **C** é o capital; **i** é a taxa e **n**, é o período. (GASTALDI, 2005)

Keynes, após fazer várias críticas aos postulados clássicos, defendeu que a taxa de juros deve ser entendida como uma recompensa pela renúncia à liquidez. Ele faz alusão às diferenças entre taxa de juros e taxa de lucro, mostrando a distinção conceitual entre eficiência marginal do capital (taxa de lucro) e produtividade marginal do capital, que é o acréscimo na quantidade produzida, decorrente de um acréscimo no estoque de capital, não se relacionando diretamente com a taxa de juros e sim com a taxa de lucro. (KEYNES, 2012).

Assaf Neto (2003, p. 16) defende que a taxa de juros é o coeficiente que determina o valor do juro, isto é, a remuneração do fator capital utilizado durante certo período de tempo. A taxa de juros significa a porcentagem em cima de algo, uma exigência financeira para ceder crédito ou empréstimo, uma espécie de tributo e juros; é o valor acima do que foi cedido, como uma compensação pelo crédito que foi repassado a um terceiro, pessoa física ou jurídica. No Brasil a taxa de juros que o governo brasileiro paga por empréstimos tomados dos bancos é a taxa Selic (Sistema Especial de Liquidação e Custódia), determinada pelo Banco Central do Brasil (BCB) e definida pelo Comitê de Política Monetária (Copom), formado pelo presidente e por mais oito diretores do BCB. Trata-se de uma taxa média, calculada diariamente, que se paga por títulos públicos, ou seja, toda vez que se compra um título do governo, é como se houvesse um empréstimo para o governo brasileiro, a ser pago com base na Selic. A Selic se divide em duas: a primeira, a taxa Selic apresentada no parágrafo anterior; e a segunda, a taxa Selic Over, que é a taxa calculada referente aos empréstimos diários de bancos para bancos, quando existe um déficit, ou seja, maior saída perante a entrada de recursos, e a taxa Selic Meta, que é a que o presente trabalho tem a finalidade de apresentar (BACEN, 2016).

Caso a inflação aumente, devido crescente demanda que é provocada por diversos fatores político-econômicos, o Copom (Comitê de Política Monetária), órgão decisório da política monetária do Banco Central do Brasil, pode elevar ou diminuir a taxa de juros, com a intenção de que a procura por títulos aumente, pela vantagem de o juro estar maior e a demanda que está causando a inflação tenha um decréscimo, tentando assim equilibrar a economia nacional (ASSAF NETO, 2011).

Segundo o Portal do Empreendedor (2017), as microempresas normalmente têm poucos investidores e precisam essencialmente dos bancos e do crédito ofertado a taxas baixas de juros; quando existe a elevação de taxas e conseqüentemente de juros, as organizações passam a operar com recursos limitados.

Dados da Serasa Experian de 2016 mostram que naquele ano, o número de requerimentos de micro e pequenas empresas que fizeram requisição de falência é superior (em 56%) ao das médias e grandes empresas. Percebe-se com esse percentual, que quanto menor o porte da empresa, mais difícil é a sua sobrevivência.

Segundo Keynes (2012), a taxa de juros se relaciona com a demanda do mercado *versus* os empréstimos, e movimenta a economia em um ciclo. Sendo assim, toda vez que ocorre uma alta da taxa de juros, a taxa dos empréstimos feitos pelas instituições financeiras cresce para que haja lucro e, dessa forma, a pequena empresa é afetada, ao buscar crédito para fazer investimentos em equipamentos, funcionários, e tem prejudicado seu capital de giro. Sendo

assim, a problemática do artigo é respondida parcialmente e a hipótese número um é confirmada, pois, quando as taxas de juros estão altas, a propensão em conseguir empréstimos é menor, visto que, os juros empregados nas parcelas de empréstimos aumentam conforme a elevação da taxa básica de juros.

TAXAS DE JUROS NO BRASIL

De acordo com Assaf Neto (2011), a taxa Selic é nominal, ou seja, aponta os efeitos da inflação em determinado período. Já a taxa real de juros não leva em conta a inflação, por isso é menor que a Selic.

Ainda de acordo com o Assaf Neto, professor que estuda administração de finanças corporativas no Brasil:

Quanto mais baixa se situar a taxa de juros, maior se apresenta a atratividade dos agentes econômicos para novos investimentos, inclusive selecionando aqueles de maior maturidade. Para uma empresa, a taxa de juros reflete o custo de oportunidade de seu capital passivo, ou o preço a ser pago pelos recursos emprestados (ASSAF NETO, 2011).

Verifica-se que o autor mostra a resposta da problemática e a confirmação da hipótese número dois, ou seja, quando as taxas de juros estão baixas, a propensão a conseguir empréstimos é maior – a oferta de financiamentos aumenta quando os juros são menores, já que é mais rentável aos bancos aproveitar os lucros de pagamentos das parcelas dos financiamentos.

Nos países desenvolvidos, como Estados Unidos, Alemanha, Suécia, existe a relação entre desenvolvimento do sistema financeiro, com boas condições de crédito e bem-estar social. Porém, no Brasil, a realidade é que tanto as pessoas físicas, quanto a maioria das empresas, quando conseguem fazer empréstimos, pagam taxas de juros altas. Em 2016, a taxa de juros real (descontada a inflação) chegava aos 40,4%, segundo o Banco Mundial (World Bank). Existem diversos fatores para que as taxas sejam tão altas, entre eles estão uma combinação de decisões do Banco Central, destinação de crédito, comportamento compulsivo dos bancos, ineficiência jurídica e inadimplência (BACEN, 2016).

No final de 2016, a taxa básica de juros iniciou um movimento de queda e chegou ao seu índice mais baixo no primeiro trimestre de 2018. Com os juros em níveis menores, houve uma reação positiva nas atividades dos micro e pequenos e inclusive o surgimento de novos microempreendedores. Uma combinação de fatores, como boas safras de alimentos, levou ao controle da inflação e a uma queda da moeda norte-americana, o dólar. Depois de uma pequena

alta no fim do ano passado (2018), por causa dos reajustes dos combustíveis, os índices voltaram a cair no início deste ano. O recuo foi motivado também por novas quedas nos preços dos alimentos e dos serviços, setor ainda afetado pela demora na recuperação da economia. Assim, com a queda da inflação, a taxa de juros básica também começou a cair, porém, isso não significou queda significativa nos juros cobrados pelos bancos, em empréstimos e produtos bancários. Para elucidar a situação, a figura realizada pelo Copom a seguir mostra a trajetória da taxa de juros.

FIGURA 1 – TAXA DE JUROS NO PERÍODO DE TRÊS ANOS (de 2015 a 2017)

Data	Período de vigência	Taxa Selic
07/02/2018	08/02/2018 - 21/03/2018	6,65
06/12/2017	07/12/2017 - 07/02/2018	6,9
25/10/2017	26/10/2017 - 06/12/2017	7,4
06/09/2017	08/09/2017 - 25/10/2017	8,15
26/07/2017	27/07/2017 - 06/09/2017	9,15
31/05/2017	01/06/2017 - 26/07/2017	10,15
12/04/2017	13/04/2017 - 31/05/2017	11,15
22/02/2017	23/02/2017 - 12/04/2017	12,15
11/01/2017	12/01/2017 - 22/02/2017	12,9
30/11/2016	01/12/2016 - 11/01/2017	13,65
19/10/2016	20/10/2016 - 30/11/2016	13,9
31/08/2016	01/09/2016 - 19/10/2016	14,15
20/07/2016	21/07/2016 - 31/08/2016	14,15
08/06/2016	09/06/2016 - 20/07/2016	14,15
27/04/2016	28/04/2016 - 08/06/2016	14,15
02/03/2016	03/03/2016 - 27/04/2016	14,15
20/01/2016	21/01/2016 - 02/03/2016	14,15

25/11/2015	26/11/2015 - 20/01/2016	14,15
21/10/2015	22/10/2015 - 25/11/2015	14,15
02/09/2015	03/09/2015 - 21/10/2015	14,15
29/07/2015	30/07/2015 - 02/09/2015	14,15
03/06/2015	04/06/2015 - 29/07/2015	13,65

Nota-se que no Brasil as taxas de juros estão entre as mais altas do mundo, tanto a nominal quanto a real. A figura 1 demonstra como a taxa Selic era uma das mais altas do mundo em 2015 e como caiu nos últimos três anos (BACEN, 2018).

Segundo dados do SEBRAE (2013), as microempresas representaram 27% do PIB brasileiro, mais do que um quarto, com grande significância para o País. Essa informação mostra o quanto o Brasil depende desse tipo de empresa para alavancar seu crescimento. O empreendedorismo é fundamental para que a economia cresça e se firme no cenário econômico mundial.

Vigorando desde 01 de janeiro de 2018, a nova taxa de juros do BNDES, a TLP, sigla que significa Taxa de Longo Prazo, foi criada por meio da Lei 13.483 de 21 de setembro de 2017. Concebida durante a reestruturação do BNDES, após inúmeros casos de ligações com empresas com ações comprovadas de corrupção, a TLP é usada em empréstimos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES), agêntedo desenvolvimento empresarial. Foi criada para substituir a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), que era estabelecida a cada três meses pelo Governo com base na meta estipulada pelo COPOM, então, sua definição causava muitas incertezas.

A criação da TLP objetiva ter transparência e possibilidades de ampliar a prestação de garantias ou fianças e a realização de operações de securitização, ou seja, negociando créditos junto a outras instituições ou investidores, buscando taxa mais baixa, composta de uma parcela de juros reais prefixados, juntamente com o índice de inflação (IPCA). O que vai definir a TLP é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), mais a taxa de juro real da NTN-B de cinco anos. A convergência da TLP para a taxa de juro real da NTN-B será gradativa, acontecendo em cinco anos. Os valores da TLP no ano de 2018 sendo a.a.%, foram de janeiro a maio, consecutivamente: 2,55%, 2,62%, 2,71%, 2,74% e 2,70% (BNDES, 2018).

SPREAD BANCÁRIO

A palavra *spread*, de origem inglesa, significa espalhar ou propagar, mas no caso do *spread* bancário seu significado é outro, se trata da diferença entre a taxa de captação e a taxa de empréstimo, ou seja, é a diferença dos juros que o banco paga para captar dinheiro e o que ele cobra do correntista. Quando a taxa Selic está em alta, as instituições financeiras optam por emprestar seu capital ao governo, pois os juros pagos serão maiores, já que a Selic é a média de juros que o governo paga por empréstimos tomados junto aos bancos e assim o financiamento que as pequenas empresas buscam fica reduzido, quando a taxa está baixa é mais interessante emprestar aos clientes correntistas (BACEN, 2017).

De uma forma simples, o *spread* bancário é o lucro, porque decorre do empréstimo que a instituição financeira fornece ao cliente e nessa negociação o banco cobra uma taxa. Difere quando o banco faz a captação do dinheiro, a qual advém dos clientes bancários pela concepção de produtos e investimentos. Resumidamente o *spread* é o que faz com que os bancos obtenham seus maiores ganhos, “pois quando o **banco** empresta dinheiro ao cliente, cobra uma taxa pelo empréstimo — uma taxa que será **certamente** superior à taxa de captação. A diferença entre as duas taxas é o chamado spread bancário. (ASSAF NETO, 2011, p. 67)

Foi realizado um estudo pela FEBRABAN (Federação Brasileira dos Bancos), que apresentou dados de *spreads* bancários de 13 países e o Brasil ficou em primeiro lugar com 22%, o segundo colocado 9,1 no México e 5,5% na Alemanha.

FIGURA 2 – DEMONSTRATIVO DO *SPREAD* BANCÁRIO EM PERCENTUAL

País	Spread em %
Brasil	22
México	9,1
Alemanha	5,5
EUA	5,2
Chile	4,3
Índia	4,0
Reino Unido	4,0
Colômbia	3,9
África do Sul	3,9
Austrália	3,3
Rússia	2,7
Coréia do Sul	2,5
Turquia	2,1

FONTE: A autora, a partir de dados da FEBRABAN (2016)

O que a FEBRABAN (2017) alega é que essa grande diferença do Brasil (mais da metade) para o segundo colocado, e dos demais países é que não se trata de lucro e sim de custo, devido à alta tributação, baixa concorrência e inadimplência. A taxa de inadimplência, no período de 2011 a 2016, foi de 55,7%, sendo o item com maior parcela na **composição** do *spread*; em segundo lugar aparece o lucro com 23,3%, e em terceiro aparecem os impostos e demais custos operacionais.

Segundo Marcelo Fiche (2015), os elevados *spreads* têm no Brasil um cenário de altas taxas cobradas para a intermediação financeira e de baixa relação crédito/PIB (a respeito do crescimento dos últimos anos), prejudicando o crescimento econômico do país.

A Febraban pretende levar ao governo propostas para reduzir o *spread* bancário, e elevar o crescimento da economia brasileira, fazendo com o que capital chegue até as mãos das empresas brasileiras que precisam desse crédito para conseguir aumentar sua produção e seu giro de capital, necessário para que a empresa não entre em processo de falência (FEBRABAN, 2016).

Dowbor (2013) faz uma crítica às instituições financeiras com relação à taxa de juros, conforme a seguir:

Os intermediários financeiros e rentistas não se contentam com a Selic, taxa de juros oficial sobre a dívida pública. Recorrem a um segundo mecanismo que é a fixação de elevadas taxas de juros ao tomador final, por bancos comerciais, mecanismo diferente da taxa Selic, tanto assim é que a mesma baixou radicalmente frente aos 25-30% da fase FHC para cerca de 8%, sem que houvesse redução significativa dos juros dos bancos comerciais. (DOWBOR, 2013, p. 37).

Para Dowbor, os bancos não colaboram para a diminuição das taxas de juros cobradas em empréstimos para as pessoas físicas e jurídicas, dificultando assim o crescimento da economia:

Como se trata de dinheiro do público confiado diretamente à gestão de intermediários financeiros, sem mediação do governo, poderíamos achar que não é desvio de dinheiro. De certa forma, quando tiram o nosso dinheiro sem a ajuda de um político, seria por assim dizer mais limpo. Habilidade de um lado, ingenuidade ou impotência do outro, mas não corrupção. Essencial para nós, é que sustentar no Brasil juros que são tipicamente dez vezes (dez vezes, não dez por cento a mais) relativamente aos juros praticados internacionalmente, só pode ser realizado mediante apoio político. E como durante longo tempo tivemos banqueiros na presidência do Banco Central, montou-se mais um sistema impressionante de legalização do desvio do nosso dinheiro. Esta “ponte”, entre o político e o comercial, precisa ser explicitada (DOWBOR, 2013, p. 38).

Observa-se que o autor critica a atuação das instituições financeiras com relação aos juros cobrados no Brasil. Destaca que no artigo 170 da Constituição brasileira, existe a definição de princípios da ordem econômica e financeira, entre outros, a função social da propriedade e

a livre concorrência. Destaca o artigo 173 parágrafo 4º, o qual “estipula que a lei reprimirá o abuso do poder econômico que vise à dominação dos mercados, à eliminação da concorrência e ao aumento arbitrário dos lucros.”

No Brasil existem cerca de 150 instituições financeiras, enquanto que nos Estados Unidos chegam a cerca de 900, o que causa a falta de competitividade e a baixa nos preços dos juros na oferta de empréstimos para o microempreendedor (BACEN, 2018). A figura a seguir, tem como objetivo mostrar a diferença das taxas de juros praticadas no Brasil e demais países:

FIGURA 3 – TAXA ANUAL REAL DE JUROS SOBRE EMPRÉSTIMOS

Instituição	País	Juro real (em %)
HSBC	Reino Unido	6,60
	Brasil	63,42
Santander	Espanha	10,81
	Brasil	55,74
Citibank	E.U.A.	7,28
	Brasil	60,84
Banco do Brasil	Brasil	25,05
Itaú	Brasil	63,25

FONTE: A autora, a partir de dados de Dowbor (2013, p. 39)

A tabela três, apresentada por Dowbor com dados fornecidos pelo IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, com dados fornecidos pelas instituições bancárias citadas, mostra a diferença dos juros cobrados no Brasil e em outros países pelos mesmos bancos.

O Banco Central do Brasil criou projetos e regras desde 2017 para tentar diminuir o *spread* bancário. Uma dessas regras foi uma mudança no crédito rotativo de cartões de crédito, quando o cliente que opta pelo pagamento mínimo, só poderá o fazer uma vez, obrigando os bancos a cobrarem juros mais baixos dos clientes e já ofertarem a opção de parcelamento, evitando o endividamento contínuo dos clientes.

Outro projeto criado para ser implementado no início de 2018 é o Cadastro Positivo, em que dados de contribuintes ficam disponíveis para visualização, para que as instituições de crédito cobrem juros mais baixos e diminua a burocracia, facilitando a obtenção de

recursos financeiros para microempreendedores, seja para abrir seu negócio próprio ou para ter capital de giro, objetivando a sobrevivência do negócio em períodos de crise ou de baixa rentabilidade.

Essas medidas existem para minimizar a falência das microempresas, que têm alta propensão a abrir requerimento para encerrar suas atividades.

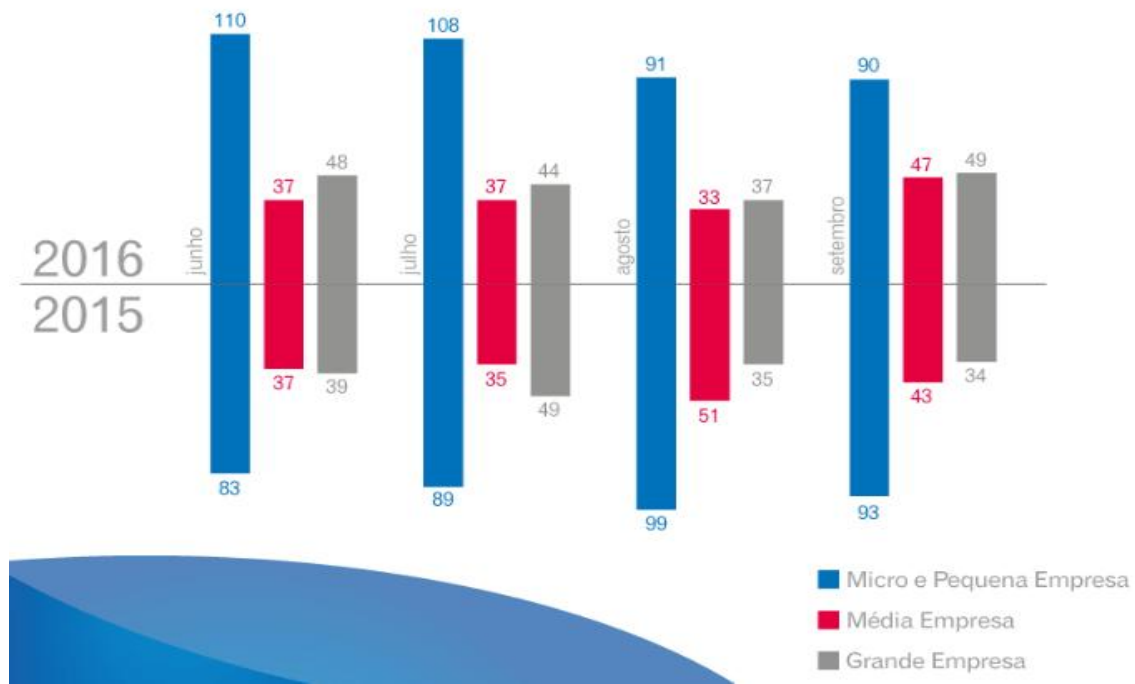
FALÊNCIA DAS MICROEMPRESAS

Não são apenas as dificuldades econômicas os únicos empecilhos para a falta de êxito financeiro de microempresas. A falta de conhecimento e preparo dos empreendedores também é fator determinante. Um exemplo clássico narrado pelo Sebrae mostra que, ao perder o emprego formal ou estar fora do mercado de trabalho na área de atuação, uma alternativa é se tornar empresário, arriscando-se a ser um empreendedor, com o capital resultante da indenização (rescisão empregatícia) ou fazendo empréstimos como pessoa física - por desconhecimento de métodos mais apropriados para adquirir o crédito necessário, como pessoa jurídica.

No entanto, o lucro almejado não acontece devido ao despreparo e falta de conhecimento do negócio, pois para ser um empresário é necessário conhecimento em várias áreas, especificamente em administração, contabilidade, economia, direito e outras habilidades e competência que o negócio exigirá (SEBRAE, 2016).

A figura quatro mostra requisições de falências entre micro e pequenas, de médias e grandes empresas.

FIGURA 4 – REQUISIÇÕES DE FALÊNCIAS DE JUNHO A SETEMBRO 2015 E 2016



Fonte: (SERASA EXPERIAN, 2016)

A figura quatro apresenta um comparativo das aberturas de falências entre micro e pequenas, de médias e grandes empresas. As micro, pequenas e médias empresas têm um percentual de 54% e 56% em 2015 e 61% e 66% em 2016 acima das falências de médias e grandes empresas, respectivamente.

Assaf Neto (2011), explica que com taxas de juros mais baixas, maior a segurança do micro e pequeno empreendedor para buscar crédito. Os altos juros pagos, representam para a empresa que o valor pago poderia ser mais bem aproveitado em bens e serviços em prol do crescimento da organização. Dessa forma, é necessário que haja a busca por alternativas de taxas de juros mais baixas, para melhor aproveitamento do capital passivo, evitando que aconteça a falência ou endividamento precocemente.

Segundo o Banco Central do Brasil (2010), normalmente, com baixo capital, a mão de obra contratada não tem qualificação suficiente, as ofertas do serviço ou produto não são oferecidas com preços atrativos para o consumidor e investe-se pouco em propaganda, no entanto, fica subentendido que este cenário contribui para o fechamento das empresas. No entanto, se houvesse conhecimento, habilidade, competência por parte dos gestores e linhas de créditos com taxas de juros adequadas, haveria a possibilidade de investimento em qualificação da mão de obra, em inovação e criatividade, com propaganda para que o microempreendedor tenha êxito em suas atividades.

As três principais causas de fechamento de microempresas são a falta de planejamento prévio, gestão empresarial deficitária e o comportamento do empreendedor. Verifica-se que dentro do planejamento prévio, a maior causa de fechamento das microempresas é a falta de estudo de mercado, com 46%, e em segundo lugar, com 39%, a falta de conhecimento sobre capital de giro e qual a sua necessidade para conseguir manter a empresa com fluxo financeiro ativo, ou seja, enquanto a empresa não consegue dar lucro por falta de clientes, ter recursos financeiros para manter o pleno funcionamento, evitando dívidas e arcando com responsabilidade o pagamento de seus custos e despesas, e com 38%, a falta de conhecimento sobre a concorrência, com a falta de foco voltada para o negócio (SEBRAE, 2014).

De acordo com o artigo do BACEN (2017), a formalização dos Microempreendedores Individuais iniciou-se em 2009 e até março de 2017 existem cerca de 8,7 milhões de MEIs registrados na Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa (Sempe) do Ministério da Indústria. Desse total, foi constatado até dezembro de 2016 que apenas 19% possuíam relacionamento bancário (contas em instituições financeiras) e 8% possuíam operações de crédito. A explicação para esse fato é que os microempreendedores utilizam contas como pessoas físicas e não jurídicas, pela facilidade de obter um empréstimo pessoal do que para sua empresa e, o principal, a taxa de juros é menor para a pessoa física. A dificuldade no crédito vem de outro fator decisivo, a inadimplência.

A inadimplência na pessoa jurídica chega próxima aos 18,5%, quase duas vezes e meia maior que a inadimplência na pessoa física, que chega aos 7,6% no Brasil. O valor de R\$ 4,2 bilhões é o crédito que foi cedido para os MEIs em 2016, e, em paralelo, para todas as pessoas físicas que possuem registro de MEI o valor cedido em crédito foi de R\$ 64,6 bilhões, diferença que gira em torno de quinze vezes. Os números apresentados mostram as dificuldades reais na obtenção de crédito, pois necessitam de um prazo maior para quitar as parcelas.

Na busca de reduzir a falta de conhecimento para o microempreendedor, foram realizados diversos cursos, e diversos programas, mas destaca-se neste estudo o programa de microcrédito do governo federal chamado Progredir, que tem como objetivo incentivar a população de baixa renda, que faz uso de algum benefício do Bolsa Família, a ser microempreendedor e a não depender mais das bolsas que o programa Bolsa Família oferece, criando oportunidades de emprego e aumento na renda. Mesmo que se torne MEI, o cidadão ainda pode contar com os benefícios do Bolsa Família por até 2 anos. O programa tem como incentivo ao cidadão fornecer cursos gratuitos, objetivando a qualificação profissional, para tanto contempla disciplinas que explicam como se tornar microempreendedor, conhecendo a parte burocrática, administrando o negócio e fazendo o planejamento. O governo disponibilizará ao programa cerca de 3 bilhões

de reais ao ano, como incentivo em microcrédito. O limite de empréstimo para cada solicitante fica nos 15 mil reais e é revertido para jovens de áreas urbanas ou rurais. São autorizados a operar o programa: o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); Caixa Econômica Federal; agências de fomento; bancos comerciais; bancos de desenvolvimento; bancos múltiplos com carteira comercial; cooperativas centrais de crédito; cooperativas singulares de crédito; sociedade de crédito ao microempreendedor e à empresa de pequeno porte, e organizações da sociedade civil de interesse público.

Ainda de acordo com o site de notícias, G1, a estimativa de pessoas que poderão ser alcançadas pelo programa pode ir além das 13,4 milhões de famílias que recebem o Bolsa Família atualmente, já que há mais de 28,2 milhões de famílias inscritas no Cadastro Único, que é o requisito para que a família receba algum benefício em dinheiro do programa Bolsa Família.

REGISTRO DE NOVOS MICROEMPREENDEDORES

Durante o período de 2015 a 2017, a quantidade do registro de MEIs (Microempreendedores Individuais) foi crescente, sendo de 3,7% de 2015 para 2016, e de 10,62% de 2016 para 2017.

TABELA 5 – QUANTIDADE DE ABERTURAS REGISTRADAS DE MEIs

ANO	2015	2016	2017
TOTAL DE ABERTURAS	1.491.485	1.548.950	1.733.061

Fonte: A autora, a partir de dados do SERASA EXPERIAN

A tabela cinco apresenta dados sobre o crescimento de registro das MEIs, coletados por meio da SERASA EXPERIAN. O crescimento é significativamente alto e, conforme análise feita pelos economistas do Instituto, se deve a crise política econômica que se instalou no País, quando aumentou o desemprego e refletiu lenta recuperação de empregos formais, ou seja, com grande número de pessoas sem emprego e com recursos de rescisões empregatícias, muitos enxergaram nas microempresas oportunidade de retornar ao mercado de trabalho, garantindo

seu sustento. Grande parte dos que iniciaram um novo negócio acabou fechando por falta de estudo de mercado e de como manter a sobrevivência do negócio.

Conforme o SEBRAE, houve vários cursos e feiras com a finalidade de preparar o microempreendedor para conseguir realizar a gestão do seu negócio e saber as alternativas de créditos, como a Feira do Microempreendedor que ocorreu em São Paulo de 07 a 10 de abril de 2018, com várias palestras e expositores, para que, além de uma ideia, exista base para que se tenha sucesso na abertura e manutenção de uma microempresa. O próprio SEBRAE oferece ajuda na conquista do microcrédito, disponível no site da instituição, para que seja possível viabilizar o início de um negócio, que deve ter um plano estrutural para que seja aprovado.

ALTERNATIVAS PARA OBTER RECURSOS FINANCEIROS

Segundo o SEBRAE (2016), quando o microempreendedor individual (MEI) procura o crédito encontra certa dificuldade para conseguir. Algumas leis e programas, que foram aprovadas pelos governos estaduais e federais, estão incentivando instituições financeiras e ONGs (Organizações Não Governamentais), para que aumentem a oferta de linhas de créditos voltadas para o microempreendedor.

Segundo o Banco Central do Brasil (2010), com baixo capital para abrir seu empreendimento, a mão de obra acordada não é qualificada para a função para a qual é contratada e às ofertas do serviço ou produto, não são oferecidos com preços atrativos para o consumidor, além de investir pouco em propaganda. Em 2000 surgiram as primeiras Sociedade de Crédito ao Microempreendedor (SCM), que baseadas na lei 10.194 de 14 de fevereiro de 2001, conforme a seguir:

Art. 1º É autorizada a constituição de Sociedades de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte, as quais:

I - terão por objeto social a concessão de financiamentos a pessoas físicas, a microempresas e a empresas de pequeno porte, com vistas na viabilização de empreendimentos de natureza profissional, comercial ou industrial, equiparando-se às instituições financeiras para os efeitos da legislação em vigor, podendo exercer outras atividades definidas pelo Conselho Monetário Nacional

Fonte: (BRASIL, 2001).

Depois da criação das SCMs no final dos anos 90, houve parcerias de ONGs e governo, que contribuíram para a criação da Sociedade de Crédito a Micro Empresa de Pequeno Porte (SCMEPP), substituindo as SCMs, com o intuito de expandir o crédito às pessoas que realmente

precisavam. Porém não houve adesão dos que realmente precisavam do dinheiro, por falta de conhecimento e divulgação. (BACEN, 2016).

Devido a não adesão à SCMEPP, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal passaram a trabalhar com microcrédito, com menores taxas de juros, porém valores pequenos, muitas vezes não suprimindo a necessidade do empresário, como mostrado na entrevista com uma pequena empreendedora da cidade do Taboão da Serra, cidade da região metropolitana de São Paulo. Segundo a entrevistada, o dinheiro que o banco lhe emprestou não foi suficiente para que pudesse organizar seu próprio negócio em tempo considerável. Em tempo de crise político-econômica, o microcrédito deve ser praticado para que a economia não fique estagnada e volte a crescer. No ano 2010 existiam 36 SCMEPP, já em 2015 contava com sociedades ativas em 25 municípios de 13 estados.

Quando o microempreendedor individual (MEI) procura crédito consegue encontrar algumas facilidades no mercado, pois existem leis aprovadas pelo governo que incentivam as instituições financeiras a oferecerem linhas de créditos específicas para essa categoria. Para isso é necessário que haja estudo suficiente e de qualidade.

Entre os grandes bancos, existe o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), que foi fundado em 1952, sendo em 2018 um dos principais instrumentos do Governo Federal para ajudar no desenvolvimento de empresas de todos os portes e tem como sua missão apoiar empreendedores com crédito com menores juros e menos burocracia. Existem critérios para liberação do crédito, é fundamental que às micro empresas que desejam uma linha de crédito, apresentem um plano de negócios de acordo com a estrutura solicitada pelo BNDES, dessa forma é possível que o BNDES avalie as reais chances de sobrevivência e crie uma relação de confiança, dando credibilidade ao empreendedor, acreditando que sua empresa consiga pagar a dívida feita com empréstimos, no prazo acordado, nesse caso, o MEI – microempreendedor individual deve adquirir o cartão BNDES e em posse desse cartão, o microempreendedor deverá buscar linhas de crédito específicas para pequenos negócios (BNDES, 2017).

Outra alternativa para obter uma linha de crédito, para o microempresário do Estado de São Paulo é o programa Juro Zero Empreendedor, linha de crédito que vai oferecer empréstimos de até R\$ 20 mil para os empreendedores do Estado de São Paulo. O tempo para o pagamento do empréstimo é de 36 meses, com carência de seis meses. Esse programa conta com a parceria do SEBRAE, junto com a agência de fomento, Desenvolve SP, que possibilita que os microempreendedores graduados nos cursos do Sebrae tenham acesso a crédito com juro zero para obter capital de giro, para a compra de máquinas e equipamentos (SEBRAE, 2018).

A ONG Anjos Investidores, criada em 2011, por um empreendedor chamado Cassio Spina, conta com parceiros voluntários, que apoiam novos empreendedores que buscam empréstimos para iniciar microempresas e que não conseguiram empréstimos com instituições bancárias, devido à burocracia e altos juros pagos nas parcelas de seus empréstimos. O microempreendedor deve estar em contato e apresentar seu plano de negócios.

Todas essas alternativas fogem do caminho habitual do microempreendedor, que em um primeiro momento cogita buscar crédito nos grandes bancos, quando necessário para abrir ou manter o seu negócio. Por isso o planejamento prévio do negócio é fundamental, assim é possível conhecer ONGs e órgãos do governo que tenham como objetivo contribuir para a criação e manutenção da microempresa (SEBRAE, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo possibilitou realizar apresentações de como as taxas de juros interferem ou não na existência de uma microempresa brasileira, questionando como a taxa de juros afeta a obtenção de crédito da microempresa no Brasil. Para tanto se verificou que a taxa de juros influencia significativamente na obtenção de crédito, pois quando as taxas de juros estão mais altas as instituições financeiras optam por investir seus recursos em títulos do governo, ao invés de disponibilizar créditos às microempresas, obtendo assim maiores ganhos e diminuindo os riscos, como o da inadimplência, por exemplo, no entanto para o microempresário o aumento na taxa básica de juros representa maior endividamento e pagamentos em parcelas maiores, comprometendo outras necessidades da empresa.

Sendo assim a primeira hipótese, que consiste em saber quando as taxas de juros estão altas, a propensão em conseguir empréstimos é menor se confirma, e portanto, essa hipótese foi aceita. No entanto, quando as taxas de juros estão baixas, a propensão em conseguir empréstimo é maior, pela oferta, então essa hipótese foi aceita. Na terceira hipótese, parte do trabalho relaciona a taxa de falência das microempresas com o crescimento das taxas de juros, o que foi comprovado não ser verdadeiro diante dos dados estatísticos da SERASA EXPERIAN, mostrando que 46% dos empreendedores inexperientes têm falência decretada por falta de planejamento prévio, que abrange a falta de estudo sobre o mercado e sobre quais as melhores opções para obter recursos financeiros, logo, a hipótese foi refutada.

A última hipótese foi refutada, pois taxas de juros menores, não está diretamente relacionada com acréscimo do número de MEIs (Microempreendedores Individuais), e sim com

o despreparo no tocante a conhecimento do microempreendedor que optou por uma nova atribuição, devido à falta de trabalho, ou seja, o desemprego.

Desta forma, o objetivo geral foi alcançado, pois apresentou o conceito da taxa de juros, suas influências na obtenção do microcrédito e as alternativas aos microempreendedores para conseguir de forma mais rápida e menos burocrática o recurso financeiro de que precisa para abrir ou manter seu negócio.

Os objetivos específicos também foram atingidos, pois foram demonstrados quais são os fatores que causam as oscilações da taxa de juros Selic, definidas pelo COPOM para controle da inflação, para diminuir a quantidade de dinheiro em circulação, conter a expansão do consumo e do crédito; também entender como as variações da taxa Selic influenciam as microempresas, com a oferta maior ou menor de crédito pelos bancos. E por fim os microempreendedores podem obter crédito de forma menos burocrática, com alternativas possíveis e com poucas restrições.

As contribuições encontradas neste artigo são a verificação de dados da relação entre a dificuldade de obtenção de crédito pelo microempreendedor individual para investimento em sua empresa ou para capital de giro e a apresentação das taxas de juros e sua interferência nas microempresas.

As recomendações consistem em aprofundar os estudos sobre o tema e verificar as influências das taxas de juros no Brasil e como as microempresas se desenvolverão com a alta ou baixa dos juros, realizando estudo comparativo entre as taxas existentes e a sobrevivência e mortalidade de empreendimentos de micro porte.

REFERÊNCIAS

ANJOS DO BRASIL. **História, missão e termos**. Disponível em: <<http://www.anjosdobrasil.net/missatildeo-e-histoacuterico.html>> Acesso em 22 abri. 2018.

ASSAF NETO, Alexandre. **Matemática financeira e suas aplicações**. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado financeiro**. 10ª. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Sociedades de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pre/composicao/scmepp.asp>> Acesso em: 17 nov. 2016.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Copom. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/htms/copom_normas/a-hist.asp?idpai=copom> Acesso em: 17 nov. 2016.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Panorama do Crédito Concedido a Microempreendedores Individuais**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/nor/relinconfin/serie_cidadania_financeira_4_credito_concedido_mei.pdf> Acesso em 07 maio 2018.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Ilan Goldfajn. Painel: Projeto spread Bancário. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/conteudo/home-ptbr/Textos/Apresentacoes/Apresentacao_Painel_Projeto_Spread_Bancario.pdf> Acesso em: 17 abr. 2018.

BANCO MUNDIAL (WORLD BANK). **Brasil**: aspectos gerais. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/pt/country/brazil/overview>> Acesso em: 13 abr. 2018.

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO. **Taxa de juros de Longo Prazo**. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/guia/custos-financeiros/taxa-juros-longo-prazo-tjlp>> Acesso em 01 mai. 2018.

BRASIL. LEI Nº 10.194, de 14 de fevereiro de 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10194.htm> Acesso em: 15 abr. 2018.

CAVALCANTI, Glauco; TOLOTTI, Marcia. **Empreendedorismo: Decolando para o futuro**. Rio de Janeiro:Elsevier: SEBRAE, 2011.

DOWBOR, Ladislau. **Os estranhos caminhos do nosso dinheiro**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

FICHE, Marcelo Estrela. **Spread bancário no Brasil**. 2015. 65 f., il. Tese (Doutorado em Economia) — Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www.repositorio.unb.br/handle/10482/19981>> Acesso em: 17 nov. 2016.

GASTALDI, J. Petrelli. **Elementos de economia política**, 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

GUILHERME MAZUI. **Governo prepara bolsa para incentivar saída de beneficiários do Bolsa Família**. G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/governo-prepara-programa-para-incentivar-saida-de-beneficiarios-do-bolsa-familia.ghtml>> Acesso em 30 mai. 2018.

KEYNES, J. M. (1936). **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Saraiva, 2012.

MARQUES, A.; FACHADA, P.; CAVALCANTI, D. **Sistema Banco Central de Expectativas de Mercado**. Nota Técnica n. 36. Banco Central do Brasil, 2003.

MARTINS, Pedro Ribeiro. **A Constituição dos Atenienses**. [S.l.]: 2013. Disponível em: <<https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/2392/7/pseudo%20xenofonte.pdf>> Acesso em: 17 nov. 2016.

MENDONÇA, Helder Ferreira. **Mecanismos de transmissão monetária e a determinação da taxa de juros**: uma aplicação da regra de Taylor ao caso brasileiro. Economia e Sociedade, Campinas, 2001. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/download/8643105/10656>> Acesso em: 17 nov. 2016.

MONEYOU. **Ranking Mundial de Juros Reais**. Jan/16. Disponível em: <<http://moneyou.com.br/wpcontent/uploads/2016/01/rankingdejurosreais190116.pdf>> Acesso em: 05 abr. 2017.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Economia e Administração**: Mercado e poder. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901979000400003> Acesso em 17 nov. 2016.

PORTAL DO EMPREENDEDOR. **Estatísticas**. Disponível em: <<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/estatisticas>> Acesso em 01 mai. 2018.

PORTAL DO EMPREENDEDOR. **Soluções financeiras para o seu negócio**. Disponível em <<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/temas/ja-sou/servicos/acesso-a-servicos-financeiros/solucoes-financeiras-para-o-seu-negocio>> Acesso em 01 mai. 2018.

PORTAL FEBRABAN. **Estudo do spread bancário**. Disponível em: <https://cmsportal.febraban.org.br/Arquivos/documentos/PDF/Estudo%20do%20Spread%20Banc%C3%A1rio_out_17.pdf> Acesso em 01 jun. 2018

PORTAL FEBRABAN. **FEBRABAN propõe reforma do ambiente de crédito para reduzir spread**. Disponível em: <<https://portal.febraban.org.br/noticia/3137/pt-br>> Acesso em 01 mai. 2018.

QUEIROZ, M. F. **Gerenciamento das reservas bancárias**: risco de contágio, previsibilidade e expectativas. 2004. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2004. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/117/1762.pdf?sequence=1>> Acesso em: 17 nov. 2016.

SANTOS, Jonábio Barbosa dos; SOUSA, Nathália Guerra de. **Falência e recuperação de empresas**: contribuição para a materialização da função social. Disponível em: <http://www.esmarn.tjrj.jus.br/revistas/index.php/revista_direito_e_liberdade/article/view/759/657> Acesso em: 05 abr. 2017.

SEBRAE. **Micro e pequenas empresas geram 27% do PIB do Brasil.** Disponível em: http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/mt/noticias/micro-e-pequenas-empresas-geram-27-do-pib-do-brasil,ad0fc70646467410VgnVCM2000003_c74010aRCRD> Acesso em 17 nov. 2016.

SERASA EXPERIAN. **Falência.** Disponível em: <<https://www.serasaexperian.com.br/sala-de-imprensa/pedidos-de-falencias-caem-166-no-ano-revela-serasa-experian>> Acesso em: 17 nov. 2016.

REVISTA PEQUENAS EMPRESAS, GRANDES NEGÓCIOS. **Sebrae-SP lança linha de crédito com juros zero para microempreendedores.** Disponível em: <<https://revistapegn.globo.com/Feira-do-Empreendedor-SP/noticia/2017/01/sebrae-sp-lanca-linha-de-credito-com-juro-zero-para-microempreendedores.html>> Acesso em 19 abr. 2018.

MOREIRA, Talita. **Brasil tem spread bancário mais elevado entre 12 países.** *Valor Econômico*. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/financas/5143306/brasil-tem-spread-bancario-mais-elevado-entre-12-paises-mostra-estudo>> Acesso em 04 out. de 2017.

SILVA, José Pereira da. **Análise financeira das empresas.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

SILVA, Maria Adriana. **Entrevista concedida à Natalie Burgardt Ferreira.** São Paulo, 21 de maio 2017.

Resenhas

A PROBLEMÁTICA PÓS-MODERNA PARA A EDUCAÇÃO E O NEOLIBERALISMO

GOERGEN, Pedro. **Pós-modernidade, ética e educação**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2001.

*Jerônimo de Oliveira Lombardo**

A modernidade é, sem dúvida, um dos períodos mais instigantes da História. E isso decorre não por estar temporalmente perto de nós, mas em função das rápidas transformações realizadas e vivenciadas pela humanidade em curto espaço de tempo.

* Licenciado em Filosofia e graduando em Pedagogia pelo Centro Universitário Assunção – UNIFAI.

Muitos pensadores se debruçaram sobre os problemas inerentes à modernidade, alguns defendem a legitimidade do projeto moderno, outros, contudo, apresentam uma total descrença. Em suma, é próprio do pensamento contemporâneo ter por objeto de crítica o mundo construído pela modernidade, de maneira a estar nas bases do edifício moderno o princípio explicativo para a compreensão das crises éticas, políticas e educacionais atuais.

Em seu livro, Pedro Goergen problematiza os valores construídos pela modernidade, de modo que vão ao encontro dos debates éticos da contemporaneidade. Para tal, o autor evoca uma série de pensadores dos diversos períodos e escolas filosóficas, principalmente dos sécs. XIX e XX. Na introdução, Goergen fornece-nos o panorama e o objeto da sua análise.

Por um lado, suscita autores que suspeitaram do advento moderno: Max Weber, Nietzsche, Heidegger, Adorno, Horkheimer e Foucault. De outro, filósofos que assumiram o fracasso do projeto moderno, mas que acreditaram no emergir de uma nova era: a pós-modernidade, dos quais se podem mencionar Lyotard e Vattimo. O principal debate do livro ocorre entre os pensadores tidos por pós-modernos e Habermas, sendo este filósofo advindo da famigerada Escola de Frankfurt e notoriamente conhecido pela *Teoria do Agir Comunicativo*.

Segundo Goergen, os pós-modernos apregoam o “surgimento de uma nova consciência” (2001, p. 6), algo que o autor insiste em repetir três vezes ou mais no texto introdutório. A “nova consciência” deve repensar o sentido da vida e existência humanas. O texto, nesse momento, transmite-nos a impressão de um certo otimismo em relação ao caos vivido pela humanidade, isto é, as guerras mundiais. É de praxe o surgimento de sentimentos otimistas após catástrofes.

O conjunto de problemas inerentes do mundo moderno é enfatizado pelo autor: o embate e a contraposição, próprios das discussões éticas, entre o indivíduo e a coletividade; a emancipação humana através do domínio e do aprimoramento técnico-científico; a substituição das narrativas teocêntricas pelas antropocêntricas; o avanço do capitalismo e da economia liberal etc. Todas as questões abordadas procuram entender o fenômeno ético sob o prisma do processo educativo.

No primeiro capítulo, Goergen apresenta um panorama da nova configuração do mundo e a negação da modernidade, isto é, a transição da visão de mundo teocêntrica para a lógica do mundo empreendida pela modernidade, de caráter antropocêntrico. Se no teocentrismo, o homem desejava e esperava o tempo vindouro (o céu, o reino de Deus etc.), na concepção antropocentrista, a única certeza se encontra no momento presente. Uma vez liberto das amarras do transcendente, deixando de ser menor, o homem tornou-se dono do próprio destino ao perceber que não haveria limites para as empreitadas da razão. A natureza dessacralizada, a

partir do mundo moderno, passou a ser instrumentalizada para a resolução do problemas e necessidades humanas.

Vários filósofos que contribuíram para a formação do pensamento moderno, do Renascimento ao Iluminismo, são apontados: Descartes, Petrarca, Roger Bacon, Copérnico, Francis Bacon, Newton, Kant etc. O espírito moderno atingiu o seu cume principalmente com o criticismo kantiano, o qual colocou “a pá de cal” no pensamento metafísico e postulou a confiança total na razão. Na concepção pós-moderna, a ilimitada confiança e suficiência da razão humana foi o motivo da dissolução dos metarrelatos ou das metanarrativas (GOERGEN, 2001, p. 13).

Na busca e na crença de um futuro melhor e “feliz”, a humanidade passou a intensificar o processo de dominação do mundo, assim, a fé incondicional na razão, centrada no próprio sujeito cognoscente, permitiu ao homem acentuar a individualidade. Por meio da ideia de progresso secular, acredita-se, principalmente na concepção positivista, que a humanidade passara por estágios, sendo o estágio atual superior aos anteriores.

O ápice do processo moderno, a Revolução Francesa, cujo auge se deu em 1789, significou o rompimento voraz da lógica do passado. O homem, não entregue à divindade, tornou-se autor da própria história e condutor do Estado democrático. Por excelência, o humano é o único ser histórico, nem Deus nem natureza possuem historicidade, de modo que o primeiro – Deus – possivelmente existente, estaria fora do tempo e do espaço; e a segunda – a natureza – nada registra, simplesmente é. Por limitar as possibilidades da existência de outro mundo, o próprio humano é o meio e o fim, a felicidade só pode ser alcançada neste mundo.

As Revoluções liberais ou burguesas, a Francesa e Industrial, revelaram-se a quebra dos fundamentos medievais-feudais, de forma que preconizaram os ideais sociais e morais, alicerçando as bases do Estado moderno-contemporâneo; modificaram drasticamente o modo de produção e as relações produtivas, intrinsecamente sociais, segundo Marx.

Apesar de o autor abordar a substituição das concepções e configurações de mundo por outro, é interessante notar que, na verdade, tudo não se tratou de um engodo; as mudanças só ocorreram superficialmente, uma vez que repetiu a mesma lógica que fora reprimida.

Por vezes, Goergen é repetitivo nos dados. O presente autor demonstrou-se intelectualmente honesto, justificando os limites do próprio texto ao apresentar os vorazes críticos da razão moderna, de maneira a exibir as teorias, com grande envergadura teórico-intelectual, em um curto espaço.

Os principais negadores da razão moderna, no parecer do autor, são: Nietzsche, Heidegger, Adorno e Horkheimer, sendo os dois últimos da Escola de Frankfurt. Talvez pelo

pouco espaço, limitou-se a apresentar somente as críticas de Adorno e Horkheimer, carecendo também referências ao surgimento das ciências (compartimentadas) no séc. XIX, o pensamento de Freud (psicologia social) e as contribuições de Marx.

Na concepção weberiana, “A modernidade é o processo de desencantamento da organização religiosa do mundo.” (GOERGEN, 2001, p. 16). Nesse sentido, a obra mais famosa, dos frankfurtianos Adorno e Horkheimer, a *Dialética do Esclarecimento* ou *do Iluminismo*, denuncia o fracasso do programa moderno. O saber humano, que o torna superior em relação aos demais seres, é, antes de tudo, utilizado para instrumentalizar o mundo e os próprios homens. Em nome do progresso, o ser humano sacrifica-se a si mesmo.

A própria subjetividade humana é construída e programada para que se deseje os fins da classe dominante. A razão instrumentalizada busca maior eficiência econômica e administrativa (GOERGEN, 2001, p. 20), ou seja, o próprio humano deve moldar-se às regras gerais impostas pelo sistema econômico, no caso, o Capitalismo. O saber técnico, poder do homem perante a natureza, visa ao prático, porém desprovido da dimensão intelectual e crítica. Na lógica da técnica, o homem é coisa passível de substituição, ademais, o mesmo não consegue enxergar-se dominado, de maneira a própria subjetividade ser objetivada. Os detentores da técnica sempre são os mesmos que almejam e que possuem o poder político, uma vez que precisam assegurar o processo de dominação.

No capítulo segundo, contexto dos “pós-modernos”, para Goergen, as teses centrais, debatidas entre os autores desta orientação filosófica, concernem no processo educativo da contemporaneidade, o qual está permeado no dualismo teoria-práxis. O debate dos pós-modernos está envolto da tese central: do fim da história ou do fim dos metarrelatos.

Segundo os pós-modernos apresentados, principalmente Lyotard e Vattimo, a modernidade não se realizou, de modo a ser um projeto destruído e liquidado. Houve o fracasso do projeto emancipador do Iluminismo, o auge da racionalidade. A condição pós-moderna não aceita e nem acredita nas metanarrativas, pois esvaeceram-se todas as esperanças e crenças no projeto moderno.

Há uma certa dose de conformismo, especialmente em Fukuyama, o qual acredita que o “fim da história” está marcado pelo término da Guerra Fria, isto é, pela queda do muro de Berlim (1989), sendo o Capitalismo o único sistema possível.

Diferentemente dos pós-modernos, Habermas prisma pela intersubjetividade e a universalidade, sendo isto um sinônimo da sua *Teoria do Agir Comunicativo*. Apesar de crítico da modernidade, ao contrário de Lyotard e dos defensores do fim da história, Habermas, de certa maneira, advoga em favor da razão moderna.

Para ele, o fracasso do processo emancipatório não o torna inválido. O filósofo alemão critica os posicionamentos da pós-modernidade, visto que a própria está inserida no contexto moderno, e despreza, sobretudo, a tentativa conservadora dos pós-modernos de se colocarem neutros no processo. Eles estão de algum modo inseridos, não existe “fim da história”, o que representaria a desistorização do humano, o findar da humanidade. Um metarrelato só pode ser destruído por outro equivalente; não percebem, os pós-modernos, que estão no fluxo do projeto moderno.

Lyotard critica a crença iluminista na razão como universal e na concepção teleológica (finalista, necessária) da história. Vários exemplos históricos, do séc. XX, como no caso de Auschwitz, são utilizados para comprovar o descrédito e a ruína do projeto moderno.

Segundo Vattimo, igualmente pós-moderno, a modernidade recupera e legitima o pensamento metafísico e, divergentemente, a pós-modernidade explicita os pressupostos da legitimação moderna.

Outro crítico da pós-modernidade, além de Habermas, é Rorty. Para ele, a pós-modernidade é o fim da história, uma vez que a própria história é invenção metafísica, portanto, com a extinção da metafísica, também se extinguem suas leis na compreensão do mundo.

A comparação realizada por Goergen, entre os pós-modernos, demonstra as divergências conceituais entre os pares teóricos. Assim, como em outros movimentos do pensamento humano, não há um consenso na corrente teórica pós-moderna. Contudo, vale-nos ressaltar que, apesar de serem denominados pós-modernos, não se autodefinem deste modo.

Para o autor, os problemas mais importantes do debate contemporâneo são a concepção pós-moderna de um pretense “fim da história” e o esgotamento da racionalidade moderna. São inegáveis as profundas marcas da modernidade na modificação e na formação do mundo contemporâneo, tendo principalmente implicações no mundo epistêmico, sobretudo no que se refere às garantias humanas de orientar os rumos da história, coletiva e individual. Goergen defende a todo instante a necessidade de postular novas utopias, novos sonhos e novos ideais. No horizonte ético e educacional emerge a pergunta: o que norteará a ação humana sem os pressupostos metafísicos? A resposta a esta pergunta é incansavelmente perseguida pelo autor.

A principal discussão ocorre no capítulo terceiro, o cume do livro que é intitulado “tempos de pós-moralidade?”. Ali, são enfatizadas as posições de Habermas *versus* as de Lipovetsky, pós-moderno. Enquanto a concepção habersiana defende a intersubjetividade, a de Lipovetsky apregoa o “individualismo responsável”. Goergen adverte, ao leitor, a caracterização genérica da exposição dos referidos autores.

Em sua *Teoria da Ação Comunicativa*, Habermas aborda, por meio da esfera da prática e do discurso, as questões da convivência humana. Para ele, o discurso sobre a prática incide no agir comunicativo, procurando recuperar a consciência do indivíduo sobre a práxis em relação ao discurso. Possui por tentativa superar o modelo filosófico da subjetividade, próprio da modernidade, para a intersubjetividade (GOERGEN, 2001, p. 40), em razão de a verdade estar alicerçada na relação, entre indivíduo e coletividade.

O agir prático é fundamentado entre os indivíduos por meio das normativas morais convencionais, em suma, um acordo coletivo. Por isso, a ética do discurso de Habermas é definida por dois pressupostos inseparáveis: uma teoria moral fundamentada na linguagem. Na compreensão de Habermas, a moral depende da linguagem na medida em que as convenções morais entre os indivíduos perpassam pelo discurso, que por sua vez é tanto teórico quanto prático.

O filósofo alemão postula dois tipos de ações: a ação instrumental e a ação comunicativa. Sendo um fator predominante na modernidade, inclusive amplamente investigada por Weber e os frankfurtianos, a ação instrumental visa a técnica como meio para alcançar determinados fins em um mundo permeado por sistemas, o mundo sistêmico. A linguagem é substituída com êxito, principalmente na transposição da linguagem econômica pelo dinheiro e a linguagem política pelo poder. Já a ação comunicativa, ao considerar o mundo da vida, possui por horizonte o entendimento (indivíduo) e o espaço social (coletivo), nos quais se legitimam as normativas morais e as leis éticas.

Apesar de os dois mundos, o sistêmico e o da vida, complementarem-se, ambos estão se desmembrando. O problema reside, segundo Habermas, no absorver do mundo sistêmico ao mundo da vida, tornando-o complexo por meio da instrumentalização dos valores.

Ao assumir o caráter pragmático da linguagem, Habermas consegue formular uma teoria “consensual” – aprovação majoritária da verdade, do agir moral e da ética discursiva (GOERGEN, 2001, p. 43). O sujeito se constrói por mediação da comunicação, sendo assim, a verdade só é firmada por meio do procedimento discursivo com implicações válidas.

Duas são as frentes e formas discursivas na concepção de Habermas: a prática, a qual examina as pretensões da validade das normas e de um sistema normativo, possuindo um exame crítico em relação a elas, isto é, perpassando por um processo argumentativo; e o teórico, que procura provar ou refutar a verdade das proposições factuais e que ambiciona o estatuto científico, ou seja, como teoria procura por critérios para a verdade.

A razão comunicativa incide no discurso dialógico entre a teoria-prática. É intersubjetiva pois não possui o primado no sujeito cognoscente, mas porque a razão

comunicativa, proposta por Habermas, está centrada no grupo, sendo um processo dialógico, racional e democrático.

Pós-moderno, Lipovetsky acusa Habermas de elitista e de intelectualista na medida em que este postula o uso crítico da razão, recaindo no mesmo erro da modernidade. O pensador francês defende o consumo midiático, uma vez que o ato de consumir não anula a razão. A vontade individual, de índole mais imediata e menos teórica, é suprema. Não é o discurso que tirará a humanidade da crise ética, mas, antes, a própria vida prática.

A própria noção de “ética” é massificada, ademais, o próprio termo “ética” é difundido de forma errônea. Para além do dogmatismo ético e das normatizações do direito, a ética é um “campo minado” dos conflitos entre as singularidades e as pluralidades, contudo, há a necessidade da fixação de limites para a preservação da vida humana.

A inteligência pragmática, em busca de valores democráticos, não representa o suporte permanente do bom andamento das instituições e das relações humanas (GOERGEN, 2001, p. 51), mas somente com o investimento dos recursos de empresas e políticas que estimulem a movimentação das mentes humanas para a responsabilidade social. Lipovetsky salvaguarda uma ética laica e universal na qual o indivíduo possui o primado no padrão moral.

O filósofo critica as éticas que justificam o sacrifício próprio em nome do dever (ou deontológicas, encontradas principalmente em pensadores como Kant, Bentham e Stuart Mill). Para o francês, a ética está em constante relação aos valores individualistas calcados no prazer. Defende que a cultura pós-moralista, midiática, surgiu através da administração coletiva das individualidades, com fins comerciais, e que jamais deveria preocupar-se com o “justo” ou “injusto”, com o “certo” ou “errado”, tal como no parecer das éticas remotas (Platão, Agostinho, Kant etc.).

Na nova era individualista, segundo Lipovetsky, os direitos reclamados são subjetivos, ao contrário da moral ideal que abnega o indivíduo ao colocar o dever acima do direito. O predomínio do direito subjetivo, incentivado pelo consumo, já é vivenciado pela cultura de massas, é um fato dado.

Diante da realidade midiática, não é mais possível recorrer aos fundamentos metafísicos ou teológicos, entretanto, objeta Goergen, quais seriam as bases éticas desprovidas de uma metafísica? Parece-nos impensável uma ética não metafísica.

No quarto capítulo, “novas perspectivas para a educação”, o autor destina as reflexões para o campo educacional por meio de uma filosofia teórica, de cunho epistêmico, e de uma filosofia prática, de cunho ético. Desenvolve as problematizações anteriores a partir do próprio

ponto de vista, recuperando, de certa forma, a dimensão histórica da educação que já fora abordada por outras chaves de leitura.

Segundo Goergen, deve-se a pensar o Estado moderno para compreender a prática educativa contemporânea que, centrada nos conhecimentos cientificistas, salvaguarda resquícios de uma racionalidade emancipadora. A pedagogia (ciência da educação) dos Iluministas fora alicerçada nas mesmas bases epistemológicas das quais “abriram mão” para a confiança absoluta na razão. Com tendências universalizantes e de amplo acesso escolar, preconizavam que a razão é um meio de melhorar a natureza humana, isso em vista de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática.

Os burgueses, os verdadeiros promotores das revoluções, de progressistas para conservadores, utilizaram a razão como forma de justificar e legitimar a dominação e os interesses da própria classe.

Goergen, em seu discurso, parte de dois prismas, ou melhor, expõe as suas reflexões por duas premissas. Questiona-se se ainda há legitimidade em amparar nas metanarrativas, de cunho teleológico, a prática educativa, das quais também se serviram os Iluministas e que demonstraram um engodo discursivo e social da legitimidade da razão. Em seguida, reflete, relacionando a ética e a educação. O autor assume as dificuldades impostas pelo período contemporâneo de apresentar conclusões, isso decorrente das complexidades do momento. E aponta críticas pontuais aos pós-modernos, visto que o discurso pós-moderno, apesar de tentar resolver a aporia contemporânea, está longe de solucionar ou de ter conclusões satisfatórias, dado ser um discurso contraditório devido à perda de um “sistema” de verdades.

Enterram, os pós-modernos, o discurso moderno no passado, esquecendo que este possui grande influência na vida social contemporânea, isto é, para o entendimento da situação educacional e da prática educativa atuais. Segundo Goergen, a tese do “fim da história” necessita de fundamentos, e se caso estiverem certos, representaria a ruptura na prática educativa e da tentativa de tornar a sociedade melhor. As dificuldades residem na falta de clareza de uma transição para uma nova ordem. Não há como permanecer em um “caminho sem saída”, com passividades e resignação diante da realidade global.

Em face do processo educativo, vários são os problemas criados pela abordagem dos pós-modernos, principalmente o intento de paralisar as tentativas das transformações das realidades sociais. Ademais, o pensamento pós-moderno não se coloca dentro de um período, mas simplesmente como modelo de pensamento. Toda tentativa de fundamentação é acusada, pelos pós-modernos, de ideológica e totalitária, defendendo a tendência individualizante, a qual destrói as utopias das consciências coletivas, os pensamentos e lutas; beneficiam imperialismos,

os quais fazem subalternos os países “emergentes” ou “em desenvolvimento”, como é o caso da dominação ideológica e econômica imposta pelos Estados Unidos.

Goergen acredita que a educação possui por função a construção de um novo projeto social, portanto sempre carece de fundamentos. O principal questionamento do autor, no que se refere aos pós-modernos, é se realmente as críticas deles possuem legitimidade prática, visto que transcendem, sendo desistoricizantes.

Aparentemente constituem uma nova forma de domínio ao defenderem certa indiferença política, quando na verdade o problema é político. A abordagem pós-moderna, na defesa do mercado, omite as culturas e as etnias, fazendo ressurgir fundamentalismos e relativismos éticos; em um mundo globalizado há a tendência de uniformizar culturas e etnias, resguardando o controle da cultura como mercadoria selecionada para o consumo.

No sistema Capitalista é o capital quem dita as regras, sendo assim, não seria diferente no contexto educacional. Sociedades são engolidas pelo mercado através das desregulações dos Estados na economia e das medidas de privatização. Nesse contexto, como produto de consumo, a educação é mercadorizada ao se desmembrar do Estado, acentuando desigualdades; descaracteriza o humano nas fábricas educacionais.

A escola reformulada por uma nova organização do sistema de ensino, em defesa da exacerbação do indivíduo, desburocratiza o currículo e afrouxam as leis para possibilitar a escolha de qual produto levar.

Como é possível, pergunta Goergen, em meio à desordem e de natureza universalizante, o Capitalismo se impor? Ao atravessar da rigidez para a desconstrução das regras, como seria possível um fundamento para a prática educativa?

O autor é um crítico da modernidade, porém, também é severo em relação aos pós-modernos, de forma que seus pontos de vista ajudaram a aprofundar ainda mais a crise contemporânea. Como proposta de fugir do relativismo ético, a partir do diálogo, Goergen acredita na construção de novos princípios que orientem a práxis educativa, contudo não crê no retorno do passado metafísico.

A ética do discurso de Habermas, segundo o autor, possui maior relevo ao considerar os valores e as normas construídos pelas práticas humanas, que são históricas. O humano é ser de relação e nasce inserido em um contexto histórico-social. Sendo assim, a educação possui um papel sociocultural. É um processo de construção lento transmitido pelas gerações, que não é aleatório nem descartável. (GOERGEN, 2001, p.80).

A formação humana está além da esfera puramente individual, mas está intimamente relacionada ao coletivo, ao que, no prisma de Habermas, chama-se de Razão comunicativa, de

traços universalizantes, superando o contexto cultural particular. Como está imbricada na prática, a educação não se restringe à formação institucional escolar, deve-se sempre reter a ideia da escola como responsável da constituição do “sujeito ético”, na medida em que a formação do indivíduo é de caráter mais amplo.

São vários os problemas políticos e sociais que emperram projetos mais humanos e éticos, principalmente quando elites estão no poder, em detrimento aos que possuem menos capital econômico e político; visto que o valor transmitido pelo sistema é a competitividade, a própria sociedade não se preocupa com a educação, desdenhando qualquer processo formativo para a solidariedade.

Por ser antagônica ao seu propósito, a escola tem por obrigação romper com a lógica mercadológica, ao invés de concordar, favorecendo reflexões inerentes ao real, sobretudo ao humano. Jamais deveria instrumentalizar os alunos em vista do sistema econômico, porém no intento de educar para compreender as diferenças através de atitudes dialógicas. Toda ética, como ciência, pressupõe certa racionalidade, em suma, a consciência do agir. O humano, ser em construção, não possui uma existência fixa assegurada, portanto, a escola deveria contribuir no processo da construção do humano, por conseguinte de uma sociedade melhor.

O texto de Goergen é de caráter aporético, ou seja, é inconclusivo assim como o sujeito da educação, o humano. Conjuntamente, com o homem, está a educação na marcha da História. O autor justifica, paradoxalmente, que concluiu uma obra inconclusiva, visto que também está inscrita dentro do processo. Não se findou a época debatida e abordada, assim como a prática e processo educativo.

De caráter repetitivo, na conclusão, Goergen demonstrou sumariamente o plano do que fora abordado em sua obra. Conclui que o homem é capaz de decidir o próprio destino e encontrar novos fundamentos para o pensar, para o agir e para a vida. (GOERGEN, 2001, p. 89). O humano deve, incessantemente, procurar algo no horizonte como referencial sobre si, a natureza e a sociedade. O autor assevera que enxerga com desconfiança o conformismo dos pós-modernos, e vê com mais proximidade a possibilidade da intersubjetividade propugnada por Habermas.

A proposta do livro, em síntese, foi a de abordar como as questões epistemológicas, éticas e estéticas influenciam na vida humana, uma vez que estas dimensões representam o homem na sua integralidade.

**O CONTRAPONTO DO JUS NATURALISMO E O JUS POSITIVISMO NA OBRA
ANTÍGONA DE SÓFOCLES**

*Adriano Carvalho Viana**
*Otávio Roberto Martins Júnior***
adrianocrsp@gmail.com

Nas cidades antigas, a lei atingia os grandes culpados com um castigo considerado terrível, a privação da sepultura. Punia-se assim a própria alma, e lhe infligiam um suplício quase eterno. (COULANGES, 2009, p.27).

SÓFOCLES, 496-406. Édipo Rei; Antígona/ Sófocles; tradução Ordep Serra e Sueli de Regino São Paulo: Martin Claret, 2017. - (Coleção a obra-prima de cada autor). Ordep José Trindade Serra é Pós-Doutorado em Literatura e Cultura pela Universidade Federal da Bahia. Professor Aposentado do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Membro da Academia de Letras da Bahia. Realizou a tradução do Livro Sófocles para a editora Martin Claret, que se compõe de 250 páginas. Trata-se de um clássico da Antiguíssima Grécia, escrito pelo teatrólogo Sófocles.

Sobre Sófocles, chegou até nós uma biografia anônima, a única que nos restou dentre as muitas escritas na Antiguidade, há um relato curioso, que tem todo o jeito de conter um arranjo.

* Graduado em Filosofia, pelo Centro Universitário Assunção- UNIFAI. Graduando em Direito pela Faculdade Santa Terezinha-CEST. Graduando em Teologia pela Faculdade – UNINTER. Mestrando em Letras pela Universidade Federal do Maranhão.

** Graduando em Direito pela Faculdade Santa Terezinha-CEST. Pesquisador na área de Direito Penal.

Diz-se aí que Eurípides nasceu no dia da celebração da vitória ateniense de Salamina (480 a.C.), batalha naval que Ésquilo combateu. Nessa festa, de acordo com a mesma fonte, o jovem Sófocles (então com dezessete anos) estava à frente do coro dos moços, tocando a lira e entoando a peã triunfal. O sincronismo terá sido fabricado, mas a anedota tem a vantagem de chamar a atenção, de uma bela maneira, para o entrecruzar-se das vidas dos três grandes trágicos num cenário denso de sentido histórico. A *Vita Sophoclis*⁴.

Na obra de Sófocles, há uma compreensão muito profunda do sofrimento. Sua poesia também sugere uma rara solidão interior - alimentada, quiçá, por sua luz. O citado helenista holandês, Opstelten, bem o viu: **“reflete-se aí um poder de harmonia que não faz pensar numa tranquilidade idílica”** (*grifo nosso*), antes, sugere o vigor de uma alma capaz de reconstituir seu equilíbrio temperando-se, dinamicamente, com o próprio ímpeto da paixão”. Conforme diz ainda Opstelten (2017, p. 84).

Percebe-se em Sófocles um pendor para a melancolia, mas com um toque positivo: esta parece brotar do élan amoroso que tornava profunda sua compaixão e também tinha a ver com sua sede de conhecimento, seu desejo de compreender. Assim é. Mostra-o a forma como os heróis sofoclianos reagem às crises, aos conflitos em que penetram: ativamente, com uma profunda vibração interior, espiritual. E importa aqui salientar a figura de Antígona, a musa de nossa dissertação, que contém um pano de fundo necessário para algumas temáticas relevantes. Os acadêmicos de direito ao adentrar no curso são orientados a ler a obra se quiserem obter respostas para algumas questões que surgirão ao longo do curso. Por exemplo: será que aquele que luta contra a sua Cidade-Estado (*pólis*) é digno de honras? Será que aquele que luta contra o Soberano, se faz necessário prestar-lhe as apropriadas celebrações fúnebres? O paradoxo se fixa em dois contrapontos: o direito natural e o direito positivado. Mencionam-se aqui dois paralelos: a pátria e a escravidão.

Sófocles em suas tragédias elenca o sofrimento humano incide tanto sobre o inocente como sobre o culpado; logo, aquele que sofre não é automaticamente culpado, ou seja, na obra de Sófocles “não encontramos teodiceia alguma, nenhuma investigação sobre a causa do sofrimento, mas sim a convicção de que o sofrimento é inerente à natureza humana⁵”.

A filosofia sempre se utilizou de axiologias para se chegar a um denominado fator comum. A lei foi promulgada logo depois de derrubado um dos irmãos vencidos. A tragédia

⁵ Opstelten, op. Cit. pp 49 e 50. Cf. ainda *ibidem* p.96: “... o que nos impressiona em Sófocles é a sua dedicada atenção e sua simpatia profunda para com o sofrimento individual, e em particular para com o sofrimento do inocente...”

grega acentua as noções de jusnaturalismo e positivismo jurídico, enfatiza o “rei” soberano que impõe sua égide em contraponto ao direito à dignidade da pessoa humana.

Os acadêmicos do curso de Direito se indagam sobre o jus naturalismo e o jus positivismo, porque seu contexto traz duas definições preestabelecidas: os direitos humanos, ou seja, os direitos anteriores são os direitos naturais; e os direitos fundamentais, que são os positivados pelo racionalismo.

Faz-se aqui uma alusão ao jusnaturalismo tradicional (ontológico)⁶, em que os direitos naturais são inerentes a todos os seres humanos: imutáveis, universais e irrevogáveis. O jusnaturalismo axiológico (aquele que defende a ideia de uma ordem de valores per si) é o da ordem eterna, isto é, os valores existentes a priori, anteriores e independentes. Por sua vez, o jusnaturalismo se torna inerente à condição humana. Por sua existência o ser (*daisen*)⁷ tem vários direitos. O contraponto é justamente a coletividade do ser humano, um ser de direitos, porém, direitos impostos pelo Estado.

Isto é o jusnaturalismo; é onde os direitos se tornam inerentes à condição humana, por sua existência o ser (*daisen*)⁸ têm vários direitos. E em contraponto a coletividade como fonte do direito imposto pelo Estado, o ser humano é um sujeito de direitos.

Adentremos na obra para compreensão do contexto: dois irmãos lutam pelo trono de seu Pai. O Primeiro, Polenices, lutou para que a cidade (*pólis*) ficasse livre do seu Tio Creonte, que almejava o trono; o segundo, Éteocles, lutava para que o tio ocupasse o trono. Na sua luta pelo direito à vida, natural e o direito ao trono, ambos morreram.

Por sua vez, Antígona, sua irmã, sofreu com o falecimento dos irmãos. Como a tragédia não se resumisse só a batalha, Creonte acabou assumindo o trono, e decreta em forma de lei (por sua vez, a lei é um conhecimento, e não cabe aqui fazer juízos axiológicos) que nenhum cidadão ousasse sepultar Polenices, mas sepultasse Éteocles de acordo com as leis e costumes.

Nota-se que Creonte era o Rei gozando de plenos poderes ao declamar sua soberania através da lei, numa espécie de autoritarismo. O paralelo a isso é que séculos depois o Filósofo

⁶ A primeira especulação Martin Heidegger, puramente ontológica, é dirigida para a solução do problema do ser. Segundo Heidegger, a compreensão do ser é ao mesmo tempo uma determinação do ser do homem. O homem é a porta de acesso ao ser. Aqui Heidegger aplica o método fenomenológico: parte do homem de fato deixa que ele se manifeste tal qual é, e procura compreender sua manifestação.

⁷ O primeiro existencial é o ser-no-mundo que se encontra em situação (chamado de *Daisen* ser-em-situação, por Heidegger), num círculo de afeto e interesses; o homem que está sempre aberto para se tornar algo novo. A própria situação presente é determinada por aquilo que ele pretende fazer no futuro: muito do que ele faz hoje, senão tudo, ele o faz em vista do que ele quer ser amanhã.

Thomás Hobbes postula que “os súditos deveriam abrir mão de seu direito em benefício do Rei”, conceito esse que é uma das correntes do jusnaturalismo.

No contexto da cidade Atenas, o direito de proteger as pessoas é favorecido pelo rei Creonte. As leis que ele impõe são engrandecidas e estas ordens recaem sobre os filhos de Édipo. Éteocles, que morreu lutando pelo polis, defendendo-a bravamente com sua lança, será enterrado com ritos fúnebres, tal como os mortos ilustres. Polenices, como destratou da pátria, não receberá sepultura e nem lágrimas e seu cadáver permanecerá exposto para as aves e cães, um horrível espetáculo para os olhos. Creonte, agora Rei de Tebas, personifica a tirania ao apropriar-se das leis escritas em benefício próprio, uma vez que sua intenção é manter-se no poder. Justifica e legitima seus atos quando se prende ferreamente à "manipulável" lei dos homens (*Diké*): a um desertor, traidor (Polenices), não se permite sepultamento. Isso significa ter seu cadáver jogado aos cães, dilacerado por feras carniceiras e aves de rapina.

Por Zeus, muito mais preocupante que a morte em si, pois esta é certa, é a honra da sepultura, o justo merecimento de, tendo sido bem-quisto neste mundo, obter a glória de ser bem recebido no outro. As leis foram impostas para que Polenices não pudesse ter um funeral condigno, pagar a moeda ao barqueiro Caronte, fazer a travessia pelo Léthe, o rio do esquecimento, chegar ao insondável reino dos mortos, onde Plutão e Perséfone imperam no misterioso Hades.

Onde faz morada o embate entre Thémis e Diké? O conflito jaz em olvidar o telos (propósito, finalidade) da lei em prol da letra que beneficia a quem a aplica, mas "a letra não está acima do espírito da lei dos homens". Quando se confrontam a Lei dos Deuses e a Lei dos Homens? Quando não se atinge sua consonância, quando esta última impõe-se desconsiderando a primeira. Dito de outra forma, dá-se, assim, quando na terra não é como no céu.

O drama de Antígona não consiste na dúvida sobre qual lei seguir. Ela possui envergadura demais para não fugir às consequências, pois, como nos diz Sófocles, "evidencia-se a linhagem da donzela, indômita, de pai indômito: não cede nem no momento de enfrentar a adversidade".

Todo corajoso herói domina *phobos* (medo) - considerado pelos gregos um temido "ente", quase real, que acomete e faz debandar aterrorizados guerreiros, outrora bravos e valentes, diante da batalha. Antígona, destemida, ousada e indomável, atreve-se a desafiar a tirania de seu tio Creonte mesmo ciente da pena de morte que seu ato implicaria. Como observa a sua temerosa irmã Ismene: "ferve diante do que faz gelar", explicitando a recusa de Antígona em obedecer as leis civis.

Antígona, que era irmã de Polenices, não se conforma com aquela medida. Considera uma desonra inaceitável não enterrar o irmão. Por isso, em claro descumprimento da ordem de Creonte, resolve realizar todos os ritos fúnebres devidos em favor do morto. Creonte chama a sobrinha para sabatiná-la. O diálogo resultante é uma sinfonia para aqueles que defendem o direito natural. Ei-lo: Após a Sentinela ter descrito todo o ocorrido, Creonte critica e diz: E tu, tu aí que inclinas a cabeça para o chão, vais negar ou confirmar o que ele diz? (435) Antígona: “Confirmo o que fiz. Não o nego, absolutamente”. Creonte: “E tu, quero que fales, com poucas palavras, se sabias que isso havia sido proibido por mim”. (440). Antígona: “Sabia! Como não saberia? Todos sabiam”. (445) Creonte: “E ainda assim. Ousaste passar por cima da lei”. Antígona in verbis:

Sim, pois, para mim não foi Zeus quem a decretou, e nem Dike⁹, a que vive entre os deuses de baixo¹⁰, que deu aos homens semelhantes leis. Os teus decretos não têm o poder de obrigar um mortal a desobedecer às leis dos deuses, pois, embora não escritas, elas são poderosas e imutáveis. Ninguém sabe quando surgiram, mas foram criadas para todo o sempre e não para o passo ou o presente. Não temo o castigo por violar leis cunhadas pelo poder de um homem, mas por desobedecer às leis dos deuses. Sei que estou diante da morte, e como não saberia? Afinal, ela foi anunciada. Mas afirmo que morrer antes do tempo será para mim uma vantagem. Quando alguém carrega, como eu, tantas dores, vê a morte como um ganho, não é verdade? Pois para mim, o destino que tu me reservas não me parece uma desgraça. Mas saber que o corpo do filho de minha mãe permaneceria sem sepultura, isso sim iria me fazer sofrer. E se te parece que agi de forma insana, talvez mais insano seja quem me acusa de insanidade. (Sófocles, 2017, p.46).

Eis, nesse diálogo, com algumas licenças poéticas, um bom exemplo do sentimento de indignação que surge toda vez que o ordenamento jurídico encontra-se fora de sintonia com o espírito de justiça presente na sociedade. Por isso, costuma-se dizer que a resposta de Antígona é uma das mais remotas defesas do direito natural.

No entanto, há outro diálogo, na mesma peça, que não é citado nos livros de introdução ao direito, que demonstra que o grande vitorioso desse embate entre direito positivo autoritário versus direito natural não foi nem um nem outro. Quem venceu foi o direito democrático.

O outro diálogo foi travado entre Creonte e Hémon, seu filho. Hémon, de forma até meio petulante, questiona a ordem do pai. O pai não arreda pé: disse que o que decidiu está decidido e ponto final. Antígona, portanto, deveria ser punida, conforme previsto na sua ordem.

Eis um trecho do diálogo:

⁹ Em Hesíodo, Dike, a Justiça, é uma das Horas, filhas de Zeus e da deusa Têmis. As outras irmãs são: Eunômia, a Disciplina, e Irene, a Paz. Dike representa a Justiça dos homens, as leis e os julgamentos.

¹⁰ Os “deuses de baixo”, aos quais se refere a personagem, são os deuses do mundo inferior, que viviam abaixo da superfície da terra. Hesíodo descreve esses mundos subterrâneos divididos em três partes: o Tártaro, o Érebo e o Hades. O local mais profundo era o Tártaro, onde ficavam as mansões dos deuses ctônicos, abaixo do Érebo e do Hades, regiões dominadas pelo deus Hades.

Creonte: Não está Antígona violando a lei”?
Hémon: O povo de Tebas não concorda com você.
Creonte: Querias que a cidade me dissesse que ordens devo dar?
Hémon: Agora é você que fala como um menino. [Pouco antes, Creonte havia perguntado se cabia a seu filho ensinar-lhe sabedoria.]
Creonte: Deverei reinar conforme julgam os outros ou segundo meu próprio discernimento?
Hémon: Uma pólis governada por um só homem não é uma pólis.
Creonte: Então o Estado não pertence àquele que o governa? (Sófocles, 2017, p. 38).

Sob o aspecto histórico, o denominado “direito natural” foi engendrado como meio de resistência ao poder político, embora tenha, paradoxalmente, também servido para reforçá-lo. Desde Antígona, passando pelos estóicos e Cícero até Tomás de Aquino, procurou-se sustentar a dualidade de um superdireito e do direito positivo. O primeiro, por ser comum a todo homem, tinha caráter transcendental, por isso, pairaria acima do *jus positum* de cada Estado. O segundo, o direito positivo, por lhe ser inferior, devia com ele se conformar. Mas, a doutrina do “direito natural” também serviu para justificar e manter autocracias laicas e teocráticas, pois tudo que o ditador ou o “homem de Deus” fazia era em obediência a princípios superiores, que se achavam acima dos homens e se destinavam ao bem comum. Daí Kant (1724-1804) ter um pouco de Antígona e de Direito Natural, procurando harmonizar o direito natural e o direito positivo, numa relação de integração, e não de antítese.

Portanto, ao observamos as questões do positivismo jurídico no enredo, vemos que Creonte utilizou o poder do estado para alegar omissão com relação à Polinices, porque estava positivado segundo as leis de Tebas. Entretanto, se notarmos no contexto histórico já trazendo para o século XX foi o mesmo argumento utilizado por Hitler na segunda guerra mundial para dizimar metade da população judaica da Europa.

“Todavia, o positivismo nega em princípio a existência de juízos de valor, pois se prende exclusivamente aos fenômenos que podem ser observados”. Faz apenas juízos de constatação. Desse modo, a lei é guindada à posição de valor único. Portanto, Creonte utilizou o poder estatal para que não fossem malquistos perante seus subordinados. Porque, segundo a obra de Nicolau Maquiavel, “é melhor ser temido, do que ser amado” (Maquiavel, 2011, p.20).

Nisso Kelsen engendrou a teoria pura do Direito desprovido de emotivíssimos, do pensamento mais íntimo, dos valores, enfim. Todas essas teorias naufragaram a partir da metade do século XX pelo seu hermetismo e aspereza e pelo fato de colocar em plano esquecido a natureza humana. A natureza de tal conceito nos leva a crer que Creonte estava bem convicto do que fez e só não esperava o fim trágico que levou a todos.

Portanto, se percebermos o conceito real e a natureza dos positivismos, notaremos que Creonte foi sábio em sua decisão, pois, caso viessem a acontecer novos casos de revoltas, se faria necessário o uso do mecanismo do estado para se fazer cumprir a lei, a saber, o direito positivo objetivando atingir os fins de justiça.

Conclui-se que, na obra, o positivismo jurídico se sobrepôs ao jus naturalismo, como já exposto no desenvolvimento do enredo. Creonte agiu de forma correta, pois qualquer atitude colocaria a situação dentro do texto de uma desobediência ao poder positivado. No impasse se sobressaíram as normas, porque, se notarmos as ações de Creonte, evidencia-se que ele se utilizou do poder estatal para estabelecer a ordem em Tebas.

Referências Bibliográficas

COULANGES, Fustel. **A cidade antiga: estudo sobre o culto, o direito e as instituições de Grécia e de Roma**. São Paulo: Martin Claret, 2009.

HART, H. L. A. **O conceito de direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

HEIDEGGER, M. **Ser e tempo**. Tradução de Marcia Sá Cavalcante Schuback. Petrópolis: Vozes, 2002.

HEIDEGGER, Martin. **A essência da linguagem**. In: A caminho da linguagem. Trad. Márcia de Sá Cavalcante Schuback. Petrópolis: Vozes, 2003.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo**. São Paulo: Martin Claret, 2010.

OPSTELTEN, **Sophocles and Greek Pessimism**, Amsterdam, 1952.

SÓFOCLES. **Antígona**. São Paulo: Martin Claret, 2017.